

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE**  
**CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS**  
**APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL – MESTRADO**

VIVIANE BALAZOTE ALBERTON

**IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA OS**  
**AGRICULTORES FAMILIARES DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO**  
**PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**FRANCISCO BELTRÃO/PR**  
**2019**

VIVIANE BALAZOTE ALBERTON

**IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA OS AGRICULTORES  
FAMILIARES DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional- nível de mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE- *campus* de Francisco Beltrão, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional e Agroindústria

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Moraes

FRANCISCO BELTRÃO/PR  
2019.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Mestrado, da Unioeste – *Campus* de Francisco Beltrão, EM Sessão Pública realizada na data de 06 de setembro de 2019, considerando a mestranda **Viviane Balazote Alberton APROVADA.**

---

Dr. Marcelo Lopes de Moraes  
Orientador e Presidente da Banca

---

Dra Fernanda Mendes Bezerra  
Membro da Banca

---

Dr Henrique Coelho Kawamura  
Membro (externo) da Banca

OBS: As assinaturas dos membros da banca podem ser encontradas na versão impressa, presente na biblioteca.

Francisco Beltrão, 06 de setembro de 2019.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Alberton, Viviane Balazote

Impactos da modernização agrícola para os agricultores familiares da mesorregião sudoeste do Paraná / Viviane Balazote Alberton; orientador(a), Marcelo Lopes de Moraes, 2019.

91 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Revolução Verde. 3. Programa Nacional de Habitação Rural . I. Moraes, Marcelo Lopes de. II. Título.

## RESUMO

### IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

A agricultura familiar é um importante segmento econômico e social do Brasil. Contudo, ela sofreu um forte impacto causado pela modernização da agricultura ocorrida na década de 1960. Ao mesmo tempo em que transformou o Brasil numa grande e respeitada potência agrícola, foi responsável por um intenso processo de exclusão social da população rural mais pobre, além de ter causado danos ao meio ambiente. O estudo teve como objetivo investigar de que maneira os agricultores familiares da mesorregião sudoeste do Paraná, atendidos pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), conseguiram resistir no campo após as transformações trazidas pela modernização agrícola. O estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e abordado de maneira qualitativa. Foram entrevistadas 88 famílias, distribuídas entre os municípios pertencentes à mesorregião Sudoeste Paranaense. Os resultados apontaram que os agricultores familiares em questão, não possuem condições suficientes para sair da situação de pobreza em que vivem, as propriedades possuem pouco instrumental tecnológico, baixa produtividade e não apresentam, na sua maioria, diversificação produtiva. Apesar dessa realidade, esses agricultores sobrevivem no campo, superando das dificuldades oriundas da modernização agrícola, usando o conhecimento e experiência que adquiriram ao longo do tempo, são resilientes e demonstram forte vínculo com o meio rural, principalmente com a propriedade em que vivem. Além disso, percebeu-se a importância da assistência técnica disponível aos agricultores, que mesmo não tendo enfoque econômico, garantem qualidade de vida às famílias. Os resultados obtidos neste estudo mostram a necessidade de políticas mais estruturantes e sustentáveis, que tragam novas oportunidades e alternativas de sobrevivência para essa população mais descapitalizada, visto o importante papel deste segmento não só na economia, mas também na manutenção da cultura de produção de alimentos pela agricultura familiar do Sudoeste Paranaense.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Revolução Verde. Programa Nacional de Habitação Rural.

## **ABSTRACT**

### **AGRICULTURAL MODERNIZATION IMPACTS FOR FAMILY FARMERS IN SOUTHWEST MESOREGION OF THE STATE OF PARANÁ**

*Family Farming is an important social and economic segment in Brazil. Nevertheless, though the Agricultural Revolution of the 1960s turned the country into a world-respected agricultural juggernaut, it has also deepened the state of social exclusion of the poorest family farming producers, not to mention the associated environmental damage. Taking into account the agricultural modernization brought about by such a revolution, this study aimed at investigating in which manner Family Farming producers from the Southwest mesoregion of the Parana State, assisted by National Rural Housing Program( PNHR), were able to resist and thus remain in their properties. This study was a field research, of descriptive feature and approached using a qualitative manner. We interviewed 88 families distributed among the municipalities of the aforementioned region. The results obtained showed that small producers have not had sufficient conditions to escape poverty, properties possess few technological instrument, low productivity and presented, for the most part, no productive diversification. In spite of this reality, the farmers survived on the field, overcoming difficult situations, using knowledge and experiences acquired throughout their lives, are resilient and show strong bonds with the rural environment, especially the properties in which they live. Besides, it has been observed the importance of technical assistance available to the farmers, who even without an economic focus, still guarantee good standard of living to the families. The results obtained in this study show the need of more structure and sustainable policies, which could bring more opportunities and alternatives for survival to the most decapitalized population, given the role of this segment not only for the economy but for the maintaining of the culture of food production through family farming in the southwest mesoregion of the state of Parana*

**Keywords:** *Family Farming. Green Revolution. National Rural Housing Program.*

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01-MAPA DA MESORREGIAO SUDOESTE DO PARANÁ.....	20
FIGURA 02-PLANTA BAIXA DA UNIDADE HABITACIONAL PNHR.....	39
FIGURA 03- PERSPECTIVA DA ELEVAÇÃO FRONTAL E LATERAL PNHR.....	39
FIGURA 04- ANTES E DEPOIS DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELO PNHR .....	74
FIGURA 05- ANTES E DEPOIS DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELO PNHR.....	74
FIGURA 06- ANTES E DEPOIS DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELO PNHR.....	74
FIGURA 07 - ANTES E DEPOIS DAS CASAS CONSTRUÍDAS PELO PNHR.....	75
FIGURA 08 - CASAS CONSTRUÍDAS PELO PNHR.....	75

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- PROGRAMAS DESTINADOS A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS FINALIDADES.....	29
QUADRO 02- DIRETRIZES NORTEADORAS DO PRONAF.....	32
QUADRO 03- DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DO PNHR.....	37
QUADRO 04-MUNICIPIOS PESQUISADOS NO ESTUDO.....	47
QUADRO 05- EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	48



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- VALORES TOTAIS DE CRÉDITO ACESSADO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2013 A 2018.....	33
GRÁFICO 02- VALOR TOTAL DE CRÉDITO ACESSADO NO PARANA NO PERÍODO DE 2013 A 2018.....	34
GRÁFICO 03- DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA POR FAIXA ETÁRIA.....	50
GRÁFICO 04- POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELOS AGRICULTORES .....	72

## LISTA DE TABELA

TABELA 01- EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA RURAL NO BRASIL NO PERÍODO DE 1969 A 1989.....	18
TABELA 02- IDADE DOS ENTREVISTADOS .....	50
TABELA 03 ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	51
TABELA 04- ACESSO A SERVIÇOS E A APARELHOS.....	54
TABELA 05- RENDA FAMILIAR.....	55
TABELA 06- OUTRAS FONTES DE RENDA DA PROPRIEDADE.....	55
TABELA 07- PERCEPÇÃO DA RENDA FAMILIAR.....	56
TABELA 08 – EQUIPAMENTOS .....	58
TABELA 09- PRODUÇÃO DA PROPRIEDADE E SUA DESTINAÇÃO.....	59
TABELA 10- PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL.....	61
TABELA 11- NÚMERO DE IRMÃOS.....	63
TABELA 12- PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A PERMANÊNCIA DOS MAIS JOVENS NO CAMPO.....	66
TABELA 13- DIFICULDADES NA COMUNIDADE .....	67
TABELA 14- SATISFAÇÃO COM A AGRICULTURA .....	68
TABELA 15- ASSISTENCIA TÉCNICA.....	70

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>16</b>
2.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL .....	16
2.2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ.....	19
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR .....	23
2.4 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR) .....	36
2.5 ESTUDOS CORRELATOS .....	41
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>46</b>
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>49</b>
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS .....	49
4.2 ASPECTOS RELATIVOS À RENDA DOS ENTREVISTADOS .....	54
4.3 CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE .....	57
4.4 ORIGENS DA PROPRIEDADE.....	62
4.5 PERSPECTIVAS PARA A FAMÍLIA E PROPRIEDADE.....	66
4.6 INSERÇÃO SOCIAL E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS .....	69
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>78</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>83</b>
7.1 ANEXO I.....	84

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e a sua importância para o desenvolvimento do país vem sendo objeto de estudo em diversas regiões. Muitas questões associadas ao tema têm sido discutidas ao longo do tempo, principalmente aquelas que visam à melhoria da qualidade de vida e a inserção econômica desse segmento que, historicamente, apesar de excluído das pautas políticas e econômicas, busca sobreviver, principalmente, após o advento da Modernização Agrícola no Brasil.

A modernização da agricultura, ao mesmo tempo em que transformou o país numa grande e respeitada potência agrícola, foi responsável por um intenso processo de exclusão social da população rural mais pobre, além de ter causado danos ao meio ambiente. Esse novo padrão que foi difundido no Brasil a partir da década de 1960, teve reflexos na mesorregião Sudoeste Paranaense, que se configura um forte reduto da agricultura familiar.

Esse processo foi apoiado pelo Estado, através de políticas que fomentaram o aumento da produção e a valorização dos grandes produtores, que tiveram acesso a pacotes de incentivos, como crédito agrícola e assistência técnica especializada, privilegiando a produção de *commodities* voltada para o mercado internacional. Nesse contexto, acentuou-se o processo de desprestígio que os pequenos produtores vinham sofrendo ao longo de toda a história da agricultura brasileira.

A Revolução Verde, nome pelo qual a Modernização Agrícola também é referenciada, consistiu em realizar uma modificação social a partir da transformação da base econômica, substituindo modelos de produção atrasados por modernos e, trazendo, com isso, inovações nos processos de produção. O objetivo era reduzir o “atraso” do setor agrícola. Assim, ela reafirmou a forma desigual em que os recursos, particularmente a terra, foram apropriados na história do país. No Brasil, de acordo com Teixeira (2005), a Modernização Agrícola buscava produzir de maneira mais rápida e com maior retorno possível, para isso, a agricultura brasileira passou a se reestruturar para elevar a produtividade, assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola.

A transformação na agricultura não afetou apenas a produção, ela alterou a configuração demográfica do País. Na década de 1960, pela primeira vez a população urbana tornou-se maior que a rural, e partir de então essa desigualdade tornou-se cada vez mais acentuada.

Essas mudanças demográficas e sociais tiveram impactos importantes no ambiente rural. De um lado, um grupo de produtores que conseguiu se modernizar e ter acesso as novas tecnologias, em outro extremo, ampliou-se o grupo de agricultores que já vinham sendo excluídos, aumentando a condição de pobreza e exclusão social no campo. As medidas adotadas pelo Estado tinham o intuito de promover a Modernização Agrícola, e visavam o desenvolvimento rural como um todo, mas acabaram privilegiando os agricultores mais capitalizados.

Os pequenos produtores que, em sua maioria, já vinham sofrendo e sendo marginalizados ao longo do tempo, viram-se obrigados a abandonar e desfazer-se de suas propriedades, tendo que encontrar alternativas de sobrevivência em centros urbanos, passando a enfrentar uma gama de problemas acarretados por essa exclusão social.

Os agricultores mais vulneráveis, que resistiram e continuaram no campo, ficaram à margem da modernização que vinha ocorrendo na agricultura do país. Eles não conseguiram se inserir no processo como os grandes produtores, sendo esquecidos pelo estado e sociedade, o que acentuou cada vez mais a pobreza e, junto com ela, a diminuição da qualidade de vida dessa população.

Com a redemocratização do Brasil no final da década de 1980, o desenvolvimento rural foi tema de debate mais amplo na sociedade. Nesse período, consolidaram-se as críticas ao modelo dominante da modernização regional produtivista da agricultura e vieram à tona demandas da classe dos pequenos agricultores. A partir de então, foi incorporado na legislação vigente, inclusive na nova Constituição Federal, de 1988, normas que traduzem o reconhecimento de outras formas sociais de agricultura e, que inspiraram políticas de apoio a elas (WANDERLEY, 2017).

A partir dos anos 1990, o Estado passou a ter um novo olhar para o meio rural, desenvolvendo políticas públicas que atendessem as necessidades dos agricultores familiares. Essas políticas, voltadas ao meio rural e, principalmente, aos pequenos produtores, foram reflexo da organização dos movimentos sociais que defendiam a agricultura familiar que se consolidaram nesse período e que buscavam o desenvolvimento rural e a diminuição da pobreza no campo, como por exemplo, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal programa voltado a essa população. Ao longo do tempo outras políticas foram surgindo, entre elas o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Neste cenário, o presente estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa:

como e por que os agricultores familiares resistiram ao processo de modernização agrícola que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960?

Para responder esse questionamento, o estudo tem como objetivo identificar e caracterizar os agricultores familiares da mesorregião Sudoeste do Paraná, participantes do PNHR que permaneceram no campo após a modernização agrícola.

Além disso, buscou-se entender quais foram as estratégias encontradas por esses agricultores para manter a sua propriedade, suas atividades produtivas e quais são as perspectivas para o futuro da família e da propriedade.

Tal objetivo é estabelecido a partir da hipótese de que a Modernização Agrícola é incompatível com a característica da maioria das propriedades rurais que compõem a mesorregião Sudoeste do Paraná.

A Modernização da agricultura que ocorreu no Brasil não teve uma transição socioeconômica equilibrada e trouxe com ela uma série de mazelas sociais de grandes proporções para os pequenos agricultores, como o êxodo e a pobreza rural. Porém, mesmo com esse processo, o segmento da agricultura familiar se mantém até os dias de hoje e tem papel importante para a economia do país, principalmente, da mesorregião sudoeste do Paraná.

Tal região é, efetivamente, um território onde a agricultura familiar se destaca. Neste sentido, mostra-se necessário encontrar alternativas para solucionar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares que habitam essa região, possibilitando que tenham melhores condições de vida a partir de suas propriedades. Como uma das alternativas possíveis a essa problemática, Santos (2010) cita as redes de articulação ligadas à agricultura familiar, que se manifestam através de cooperativas, associações e movimentos sociais e políticos e que dão voz a essa categoria.

Este estudo busca entender como esses agricultores mantiveram-se no campo após a modernização agrícola. A população estudada será composta pelos agricultores familiares que se enquadram na Lei nº 11.326, que dispõe sobre a agricultura familiar e que foram atendidos pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o qual busca atender os agricultores marginalizados socioeconomicamente.

A agricultura no sudoeste do Paraná tem presença expressiva, e se apresenta de diversas maneiras, seja por meio da agricultura moderna, da rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, entre outras, porém, mantém uma identidade fortemente vinculada a agricultura familiar (SANTOS, 2008).

O foco desta pesquisa está voltado para os agricultores familiares marginalizados, que são o público alvo do PNHR. Rover (2010) descreve que o PNHR tem como público prioritário agricultores que estão fora da agricultura familiar consolidada, ou seja, aqueles que possuem pouca renda, denominados agricultores familiares periféricos ou em exclusão.

Este estudo pretende colaborar com a valorização da agricultura familiar a partir do conhecimento da realidade dos produtores familiares mais vulneráveis socioeconomicamente, buscando entender como resistiram na atividade agrícola ao longo do tempo, quais suas estratégias de permanência e as perspectivas futuras para suas famílias e propriedades, apesar das adversidades existentes no meio rural.

A presente pesquisa é composta por esta introdução e mais cinco seções. A segunda parte do estudo apresenta o referencial teórico utilizado no trabalho, o qual aborda a Modernização Agrícola no Brasil, na mesorregião sudoeste do Paraná, as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o PNHR e os principais estudos correlacionados ao tema. A terceira parte trata da metodologia utilizada nesta pesquisa. Já a quarta seção traz a apresentação e discussão dos resultados e a quinta traz as principais conclusões deste estudo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Modernização Agrícola no Brasil

O Brasil, país de dimensões continentais, que guarda desigualdades sociais e econômicas acentuadas, tem sua história marcada pela agricultura. Desde o século XVI, quando o Brasil colônia era exportador de pau-brasil, até os dias de hoje, a riqueza do país se apoia em produtos primários, com produtos agrícolas respondendo por parte importante do Produto Interno Bruto (PIB) (ALMEIDA, 2004).

As discussões acerca do meio rural no Brasil emergem a partir das mudanças trazidas na década de 1960, quando a agricultura brasileira passou por grandes transformações oriundas do processo de modernização dos sistemas de produção agrícola (DELGADO 2009).

De acordo com Pacifico (2009), a Modernização Agrícola no Brasil foi um processo de transformação capitalista vinculado às transformações gerais da economia brasileira. A partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, iniciou-se um programa de substituição das importações de produtos de origem industrial e agrícola. Nesse período, foram criadas tarifas alfandegárias que restringiam a importação de alguns produtos de origem industrial e também foram aplicadas políticas cambiais buscando estimular a diversificação econômica no país.

Essas mudanças ocorreram tanto em relação ao espaço territorial como as dinâmicas produtivas. Antes disso, o Brasil apresentava menor concentração fundiária, que foi se expandindo ao longo do tempo, motivadas principalmente pela Modernização Agrícola (ANDRADES; GANIMI, 2007).

A produção agrícola brasileira que até 1960 se ampliava basicamente por conta da expansão da área cultivada, passou a fazer o uso de máquinas, adubo e defensivos químicos, objetivando aumentar a produtividade. (AGRA; SANTOS, 2001).

Essa mudança na configuração da agricultura brasileira era motivada pelo entendimento de que o campo deveria se integrar ao crescimento industrial que vinha ocorrendo no país. Somado a essa nova configuração produtiva, a indústria de equipamentos e insumos passou a se fortalecer cada vez mais e também pressionar a agricultura a se modernizar, aumentando a vendas de equipamentos e insumos agrícolas (TEIXEIRA, 2005).

Para que isso ocorresse, o Estado implantou como principal política agrícola o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O SNCR operava em linhas de financiamentos subsidiados. Segundo Mussuquitti (2010), o SNCR tinha como intuito gerar o aumento,



principalmente, nas exportações. O crédito agrícola era direcionado a investimentos em armazenamento, beneficiamento, custeio de produção e utilização de insumos. Neste contexto, apenas uma parcela dos pequenos agricultores conseguiu se integrar a nova dinâmica produtiva, a grande maioria deles não atendia às exigências de acesso ao crédito agrícola e a classe latifundiária se fortaleceu cada vez mais.

Graziano da Silva (1993) aponta que a Modernização Agrícola também trouxe enorme diferenciação no país, podendo ser observada a formação de três grandes regiões: na região centro sul, a agricultura se modernizou com rapidez e maior intensidade tanto de máquinas agrícolas quanto de insumos; o nordeste permaneceu sem grandes transformações produtivas; a Amazônia e o Centro Oeste do país configuraram-se como uma fronteira agrícola produtiva.

Além das regiões, houve diferenciação entre as atividades agropecuárias (a produção de *commodities* foi privilegiada) e entre os produtores (os mais capitalizados conseguiram se modernizar e os mais pobres foram excluídos do processo) (SILVA, 1988).

Este cenário de profunda transformação no campo, trazido pelo pacote tecnológico desconsiderou os impactos ao meio ambiente, além disso, representou impactos sociais negativos no campo brasileiro (AGRA; SANTOS, 2001).

De acordo com Silva (1996), a transformação do meio rural em espaço agroindustrial trouxe falhas indesejáveis, como o êxodo das áreas rurais em direção aos centros urbanos. Os agricultores migraram em busca de melhores condições de vida, ou seja, a modernização agrícola expulsou a mão de obra rural para as indústrias urbanas.

De acordo com Teixeira (2005), os agricultores que foram “expulsos” do campo, formaram uma enorme massa de sem-terra, que precisaram se movimentar para as áreas urbanas ou outras regiões, levando com eles, problemas de moradia e desemprego, conseqüentemente, pobreza e violência.

Além disso, os agricultores que migraram eram, na sua maioria, analfabetos ou com baixíssima escolaridade, indo trabalhar em empregos de pouca remuneração ou ainda na informalidade, vivendo em condições extremamente precárias e desumanas. Os agricultores que permaneceram no campo também sofreram com o aumento do desemprego, pois a mecanização da agricultura, estimulada pelos pacotes tecnológicos dispensam a necessidade massiva de mão de obra (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Na década de 1970 começou a emergir no Brasil algumas preocupações relacionadas a Revolução Verde. Nesse período, passou a se reconhecer que o modelo produtivista, vinculado à modernização da agricultura, que visava o aumento da produção agrícola não

havia sido suficiente para atingir a superação da pobreza na área rural, nem melhorou a qualidade de vida da população (HESPANHOL, 2008).

O crédito agrícola, que estimulou a Revolução Verde, era farto, principalmente no final da década 1970, porém foi reduzido drasticamente no início dos anos 1980, como observado na tabela 01.

**Tabela 01- Evolução do Crédito Rural no Brasil e a sua Variação no Período de 1969 a 1989.**

<b>Ano</b>	<b>Valores em Bilhões de Reais</b>	<b>Variação Anual (%)</b>
1969	22.1	--
1970	27.7	25,39
1971	32.0	15,67
1972	39.6	23,63
1973	56.0	41,40
1974	69.3	23,66
1975	101.0	45,80
1976	103.5	2,45
1977	92.4	-10,72
1978	93,9	1,67
1979	117.1	24,62
1980	112.0	--
1981	97.1	-13,26
1982	94.0	-3,16
1983	71.0	-24,51
1984	43.3	-38,92
1985	61.8	42,60
1986	92.2	49,12
1987	72.7	-21,17
1988	51.3	-29,43
1989	46.8	-8,68

**FONTE:** Elaborado pela autora com dados do Anuário Estatístico de Crédito Rural (2018).

De acordo com Graziano Silva (1998) a diminuição do crédito rural foi fator decisivo para o enfraquecimento da agricultura a partir da década de 1980. Além disso, a agricultura também sofreu com a recessão da economia nacional, bem como o alto custo de importação de novas tecnologias. A Revolução Verde no Brasil teve como foco o aumento da produção e tornou-se dependente da importação, não investiu em criar tecnologias tornando-se dependente da exportação.

A década de 1980 foi marcada por uma série de problemas que agravaram a situação econômica do país: a conjuntura internacional desfavorável, devido à crise externa de grandes proporções, que ocasionou a elevação dos juros internacionais, a queda dos preços mundiais, aumento da concorrência e do protecionismo nos países desenvolvidos. Além disso, nesta década, a crise de financiamento do Estado foi responsável pela quase falência do sistema de crédito rural (GONZALES; COSTA, 1998).

Outro fator importante que ocorreu no período foi a crise do petróleo, que trouxe aumento nos custos do pacote tecnológico da Revolução Verde. A recessão financeira levou a uma redução significativa dos subsídios de crédito. Essas crises impuseram a necessidade de mudanças no desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas, sendo um exemplo no Brasil, o desenvolvimento do Programa Proálcool, com reversão dos motores a gasolina em motores a álcool (MATOS, 2010).

Além dos impactos econômicos, a Modernização Agrícola interferiu negativamente nas esferas sociais e ambientais. O homem, propulsor desse processo, também sofreu as consequências, tanto como ser biológico quanto social. Muitos trabalhadores tiveram mortes imediatas devido ao manuseio inadequado de agrotóxicos e muitos outros adquiriram diversas doenças como lesões hepáticas, distúrbios mentais, doenças respiratórias oriundas da exposição a esses agrotóxicos (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Além disso, toda a população é consumidora direta desses alimentos produzidos com o uso indiscriminado de agrotóxicos, os quais, de acordo com uma série de estudos recentes, podem ocasionar doenças graves como câncer (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Apesar do que foi exposto, pode-se afirmar que a agricultura moderna, apesar dos seus perversos resultados sociais e ambientais, continua prevalecendo tanto no Brasil quanto em escala global.

## **2.2 Modernização Agrícola no Sudoeste do Paraná**

A importância da agricultura familiar para o Paraná e, principalmente, para a mesorregião Sudoeste é inegável. O sudoeste do Paraná é composto, em sua maioria, por pequenas propriedades com menos de 50 hectares, apresentando níveis mais altos deste segmento que o restante do estado do Paraná (SIMONETTI, *et al.* 2011).

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a região geográfica do sudoeste paranaense é composta por 42 municípios devido a Lei Estadual nº 15.825/2008 que inclui os municípios de Palmas, Coronel Domingos Soares, Clevelândia, Mangueirinha e Honório Serpa nessa região. Já a mesorregião geográfica do Sudoeste do Paraná é composta por 37 municípios, desconsiderando os cinco citados anteriormente, já que na divisão em mesorregiões, eles pertencem à mesorregião centro-sul do estado (IPARDES, 2010).

A figura 01 representa o mapa do Estado do Paraná, destacado em vermelho a mesorregião sudoeste do estado.

**Figura 01 – Mapa da Mesorregião Sudoeste do Paraná**



**FONTE: IPARDES (2004).**

A mesorregião sudoeste do Paraná é bastante singular quanto a sua dinâmica populacional. Até o final do século XIX e início do XX, a população era pouco numerosa, sendo que a maior proporção do contingente demográfico residia em áreas rurais e estava vinculada economicamente as atividades de extração de erva mate, madeira e da pecuária extensiva, além da produção para a subsistência (MONDARDO, 2011).

Ainda de acordo com o autor, no período de 1940 até 1970 houve na mesorregião sudoeste um intenso processo migratório de gaúchos e catarinenses. Essa migração foi motivada por dois principais fatores: o primeiro associado à minifundização decorrente da divisão das terras por herança familiar e, o segundo devido a ampliação das grandes propriedades, que forçou os agricultores a buscarem novas oportunidades de sobrevivência. Essas famílias, de origem principalmente italiana e alemã, possuíam alguns recursos financeiros, instrumentos de trabalho e relativo conhecimento técnico que facilitou formação da propriedade no meio rural paranaense (MONDARDO, 2011).

Embora a melhora técnica trazida pelos novos ocupantes da região fosse pequena, representou um aumento da produção e do consumo e, conseqüentemente, das relações mercantis, que deram uma nova dinâmica para a agricultura. Com essa comercialização, os

agricultores buscavam adquirir produtos que não eram produzidos na propriedade (SINHORINI, 2007).

A formação do território do sudoeste foi marcada por vários conflitos que ocorreram a partir da década de 1950, os quais foram resultado de diversos fatores, tendo como principal deles, a criação da Colônia Agrícola General Osório-CANGO pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, que distribuía gratuitamente lotes de terras, estimulando a ocupação e o desenvolvimento da região (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Para Alves (2008), na história do sudoeste do Paraná, além da instituição da CANGO, outros dois momentos foram significativos para a configuração da região, o primeiro deles, relacionado à ocupação oficial do sudoeste, marcada pelas disputas de terras que resultou na Revolta dos Posseiros em 1957 e na criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP) em 1962. Outro momento importante ocorreu com a chegada da Modernização Agrícola, já em curso no Brasil, e que se consolidou efetivamente aqui a partir de 1975 e provocou alterações na dinâmica da região.

Resolvidas as questões da posse da terra através de conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, iniciou-se o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial (BATTISTI, 2006).

Além disso, Savoldi e Cunha (2010), também citam a Revolta dos Posseiros como um marco significativo para a Modernização Agrícola no sudoeste. Este movimento exigiu o comprometimento dos governos federal e estadual em resolver a questão da regularização fundiária na região, que resultou na concessão de títulos de posse a cerca de 50.000 proprietários, permitindo que esses agricultores pudessem acessar financiamentos agrícolas e aumentassem a produção.

Neste contexto, o Sudoeste do Paraná, efetivamente, se transforma. A partir de então, a produção com foco na comercialização passou a ser mais valorizada, mudando a base técnica de produção, inserindo a soja como produto principal, articulando a agricultura com os complexos agroindustriais. Tudo isso, com o apoio do Estado, principal financiador da Modernização Agrícola (SANTOS, 2008).

Savaldi e Cunha (2010) dividiram os agricultores do sudoeste que passaram pela modernização em três grupos: o primeiro deles formado por aqueles que não quiseram aderir à modernização, por motivações próprias, ou que não obtiveram crédito para acessar as inovações seja porque demoraram a perceber as mudanças ou porque tiveram crédito negado,

ou ainda devido ao fato de suas propriedades não possuírem terras adequadas para a modernização. Os autores chamaram esse grupo de “colonos fracos”. Além deste grupo, havia também o colono intermediário. Neste grupo, de acordo com autores, se enquadraram a maioria dos agricultores do sudoeste, os quais estavam em fase de capitalização e se adaptando a modernização agrícola. Já o terceiro grupo seria de agricultores mais capitalizados, que já haviam acessado crédito e ocupavam as melhores terras, ganhando vantagens na produtividade.

Mesmo tendo passado por grandes transformações na sua base produtiva ao longo do tempo, o sudoeste manteve sua estrutura fundiária com forte predominância da pequena propriedade. Embora a mesorregião comporte quantidade significativa de agricultores familiares, a principal produção agrícola da região é de milho e soja. Mesmo assim, as propriedades se diferenciam em relação ao nível tecnológico e as práticas utilizadas no sistema de produção. Normalmente, nessas propriedades dedicadas a produção de grãos, há maior utilização de insumos externos, como agroquímicos, por exemplo, (OLIVEIRA *et.al*, 2011).

Em relação à estrutura produtiva da mesorregião, verifica-se, de acordo com o IPARDES (2004), que a maioria dos municípios é extremamente dependente da atividade agrícola, sendo que, no ano 2000, ela representava 42,1% de toda atividade produtiva da região, o que mostra a importância dela no contexto econômico, sendo que a economia agrícola ainda é predominante na região, motivado pela presença dos aspectos territoriais e da prevalência da agricultura familiar.

De acordo com Santos (2008), embora o processo de modernização da agricultura esteja no cotidiano das pessoas no Sudoeste do Paraná através dos produtos que expressam a forma de produzir, como a soja, por exemplo, acontece aqui manifestações muito particulares que destoam da lógica imposta pelo tipo de modernização predominante no país, principalmente no que diz respeito ao tamanho da propriedade e na utilização do trabalho familiar.

Levando em consideração o papel da agricultura familiar no país e, especificamente, na mesorregião sudoeste do Paraná, é importante discutir as necessidades específicas desse segmento para a construção de políticas públicas que sejam capazes de dinamizar e melhorar as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento que contribuam para a melhoria nas condições de vida desses agricultores. O Estado tem papel fundamental nesse processo, como fomentador de políticas efetivas para esta população.

## 2.3 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

Com o advento da Constituição Federal, nos anos de 1980, e o ganho de força sindicalista, surgem vários movimentos sociais que visavam a defesa dos agricultores familiares, além da aplicação das políticas regulamentadas que buscavam o desenvolvimento social e econômico dessa classe (LANDO *et al.* 2017).

No Brasil, a agricultura familiar configura-se como importante segmento econômico e social, responsável por 74% da ocupação rural e cerca de 33% do PIB agropecuário do país. O seu desenvolvimento contribuiu para evolução econômica da população rural, cuja renda teve, nos últimos anos, crescimento real de 52% (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2014).

De acordo com Wanderley (2000), a partir dos anos 1990, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como um ator social. Até então, esses agricultores eram vistos apenas como os pobres do campo, e passaram a ser percebidos como representantes de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal, dominante no Brasil.

A agricultura familiar engloba uma diversidade de maneiras de fazer agricultura, que se diferenciam de acordo com diferentes contextos, famílias, origens históricas e interação com os mais variados ecossistemas (SCHNEIDER, 2010). Além disso, inclui desde famílias muito pobres, as quais detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir como unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos, terra, capacidade tecnológica, organização e conhecimento (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Ao longo da história da humanidade, a agricultura é influenciada por mudanças políticas, sociais e culturais (ALMEIDA, 2004). No Brasil, desde o início da sua ocupação, a agricultura familiar é uma das principais atividades produtivas. Apesar da sua importância, ao longo de toda a história, desde o período imperial e também nos períodos posteriores, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para que pudesse se desenvolver em sua plenitude (MATTEI, 2014).

De acordo com Malagodi (2017), para romper com o círculo vicioso da agricultura camponesa, que produz pouco porque é pobre e é pobre porque produz pouco, é preciso destacar que ela é pobre porque não é suficientemente valorizada no que produz, e produz pouco porque é vítima de pressões adicionais impostas pelos regulamentos burocráticos, refém de políticas públicas mal formatadas que dificultam sua efetivação, além de estar exposta a mecanismos de mercado expropriadores.

Para falar sobre a agricultura familiar, é importante conceituá-la de maneira adequada. De acordo com Lamarche (1993), a agricultura familiar é uma categoria genérica, pois a combinação de família-produção-trabalho assume uma grande diversidade de formas sociais. Ela se destaca pela sua grande capacidade de adaptação e presença em todos os países, em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos.

O marco legal ocorreu em 2006, com a lei 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Ela estabelece que para fins legais, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos: não detenha área maior que quatro módulos fiscais e utilize a mão de obra familiar nas atividades da propriedade. Além disso, para se incluir nesta categoria, a renda familiar deve ser predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e dirija a propriedade em conjunto com a família (BRASIL, 2006).

Conceituada como unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família, predomina nesse modo de produção a interação entre gestão e trabalho, em que os agricultores familiares conduzem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação da produção e utilizando, para isso, o trabalho familiar (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2014).

Schneider (2003) afirma que a expressão Agricultura Familiar passou a ser utilizada no Brasil a partir da década de 1990, no auge dos movimentos sociais. De acordo com Oliveira e Pinheiro (2014), até esse momento, os agricultores familiares não eram contemplados por nenhuma política pública específica. O segmento só passou a ser considerado pelo Estado devido a reivindicações de movimentos sociais e redes ligadas a área rural, fazendo com que fosse criada uma agenda específica, voltada para as especificidades dessa população.

Desde então, a agricultura familiar no Brasil vem criando mecanismos de atuação cada vez mais articulados no que se refere às disputas por políticas públicas para o setor (MACIEL; FLECK, 2013).

Savoldi e Cunha (2010) destacam que é considerável o número de estabelecimentos familiares caracterizado como minifúndios, ou seja, os agricultores familiares de fato são pequenos produtores e esse é um dos grandes desafios, ou seja, o tamanho da propriedade é uma verdadeira limitação para o crescimento sustentável da agricultura familiar, por limitar a produção, impedindo a competitividade desses agricultores com menores áreas de terra.



De acordo com Heisler (2017), as principais políticas para a agricultura familiar estão direcionadas para a habitação rural, o incentivo a produção e comercialização e ao sistema de assistência técnica e extensão rural. A partir da década de 1990 e, principalmente, nos anos 2000, o Estado passou a formular ações mais estruturadas para promover o desenvolvimento rural e a agricultura familiar no Brasil. Essas ações representaram um esforço importante de reversão ou uma tentativa de minimização da marginalização histórica desta categoria social.

Esta atuação do Estado manifestou-se além da formulação de diversas políticas públicas e da ampliação dos recursos, na criação de estruturas políticas e institucionais, bem como ampliação dos espaços de participação social voltados para a agricultura familiar (CAZELLA *et al.* 2016).

Foi a partir dessas lutas sociais de resistência e reivindicações que se desenvolveu um conceito positivo do trabalho rural, expresso na crescente autoestima e afirmação social da agricultura familiar, fazendo com que esta passasse a ser vista como um sistema de produção específica, com alto potencial de adaptação. Essa nova identidade da agricultura familiar foi potencializada pelo engajamento de pesquisadores, movimentos sociais, pela mídia e por instituições diversas, como a igreja, por exemplo, (GELHEN, 2004).

Como consequência da afirmação social desses novos atores e suas reivindicações, a questão agrária passou, progressivamente, a ganhar maior visibilidade política, tornando-se mais complexa e diversificada, o que abriu caminho para a formação de uma identidade rural e agrícola consolidada e fortalecida (DELGADO, 2009).

Além disso, o debate sobre agricultura familiar tem se tornado tema constante no espaço acadêmico político e social do Brasil. Quando se trata de desenvolvimento rural, a importância desse segmento é significativa e, portanto, é pauta frequente tanto no meio político quanto em movimentos sociais. Esse modelo de produção familiar, com o suporte de políticas adequadas mostrou-se econômica e socialmente eficiente e sustentável (GEHLEN, 2004).

Através desse protagonismo, os agricultores familiares vêm criando alternativas e buscando conquistar espaço e afirmar sua importância no cenário nacional. Devido a essas estratégias e ao seu protagonismo, grupos destes agricultores têm contribuído para a revitalização dos espaços rurais e reconstrução da ruralidade, ressignificando o que é viver no meio rural pelas sociabilidades que mantêm e constroem, pelas referências ambientais de que se apropriam e pela sua inserção num projeto societário de sustentabilidade e de desenvolvimento solidário (FERREIRA *et al.* 2007).

De qualquer modo, de acordo com Savoldi e Cunha (2010), a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais no Brasil, há mais de meio século pelos antropólogos. Os autores utilizam a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores de tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são, continuamente, gerados pelas transformações econômicas e sociais.

De acordo com Tonnout *et al.* (2005), a condição de vida das famílias rurais melhorou muito nos últimos anos, inclusive o autor salienta que atualmente as políticas voltadas para a agricultura familiar são melhores e mais abrangentes se comparadas àquelas disponíveis para as populações urbanas mais pobres.

Apesar disso, uma pequena parcela de agricultores familiares absorveu o progresso tecnológico, se modernizou e conseguiu empregar em suas propriedades estratégias de diversificação produtiva, que trouxessem melhores oportunidades de renda (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Por conta disso, o meio rural continua reduto de desigualdades entre agricultores familiares e os de grandes propriedades, que se refletem, principalmente, no que se refere à divisão de terras, mas também atinge outras esferas, como a educação, economia, saúde e estrutura. O governo, buscando combater esta desigualdade, criou algumas estratégias direcionadas aos agricultores familiares (LANDO *et.al*, 2017).

Uma das principais ações desenvolvidas pelo Estado foi consolidar subsídios para os agricultores familiares. Neste cenário, surgiu o PRONAF, que disseminou o microcrédito direcionado a um público específico e, tradicionalmente, excluído do acesso aos recursos públicos, ou seja, os pequenos produtores. O objetivo do programa é estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, visando fortalecer as atividades desenvolvidas pelos agricultores (SILVA; FILHO, 2009).

De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018), o PRONAF é uma antiga demanda dos agricultores que pediam por uma política agrícola específica que atendesse a agricultura familiar. Ao longo do tempo, o programa se consolidou como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda, permitindo o custeio da produção, bem como o investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura.

De acordo com Saron e Hespanhol (2012), ao longo dos anos, o número de contratos e o volume de recursos do PRONAF foi ampliado significativamente. Ainda que o programa visasse reduzir as disparidades do meio rural, na realidade, o PRONAF passou a atender agricultores familiares mais capitalizados, visto que ao longo dos anos, houve a ampliação do limite de renda bruta anual para acesso ao programa.

De acordo com Aquino e Schneider (2015), o PRONAF se inseriu, praticamente, em todos os municípios brasileiros. Nos seus anos de vigência, ele cresceu expressivamente em vários aspectos, principalmente, na ampliação de recursos e no número de agricultores beneficiários. No gráfico 01 observa-se o total de crédito disponibilizado pelo PRONAF no período de 2013 a 2018 no Brasil.

Tonneaut *et al.* (2005) citam que o PRONAF vem se adequando a realidade da agricultura familiar, tornando-se mais abrangente, com linhas especiais de financiamento para mulheres, jovens, cooperativas, associações, produtores agroecológicos entre outros. Porém, de acordo com Aquino e Schneider (2015), o programa continua reproduzindo a diferenciação regional que vinha ocorrendo com a Modernização Agrícola, privilegiando algumas regiões e segmentos mais organizados e capitalizados da agricultura familiar.

Apesar desses avanços em relação ao crédito, os desafios para a agricultura familiar ainda são enormes, dentre eles, destaca-se a busca por autonomia, competitividade de mercado e novas oportunidades que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo evitando novos fluxos de êxodo rural e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Na medida em que os agricultores familiares conseguem se articular, formas de resistência à dependência e à expropriação imposta pelas forças sociais hegemônicas vão surgindo, conseguem dinamizar processos de produção, proporcionando, maior sustentabilidade para agricultura. Além disso, criam-se espaços dinâmicos que permitem competir com os grupos e classes dominantes, que oprimem a agricultura familiar (PLOEG, 2008).

Os agricultores familiares, apesar de minoritários na ocupação da terra, são considerados um dos principais atores do rural brasileiro, e se destacam em importância social, econômica e cultural (SCHNEIDER, 2010). Segundo o autor, a força de trabalho da família é um importante fator produtivo. Destacando que no núcleo familiar, trabalho e produção são indivisíveis.

Schneider (2004) ressalta a preocupação dos estudiosos com quatro elementos-chave no debate sobre o desenvolvimento rural: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

A agricultura familiar no Brasil ao longo do tempo se consolidou como um segmento com forte protagonismo social e político. Os movimentos e as organizações sociais da agricultura familiar têm sido atores importantes do processo de construção da pauta da reforma agrária e das políticas públicas no Brasil. Articulados com o Estado e com o meio acadêmico, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na definição da agricultura familiar como um modelo de agricultura e uma categoria agregadora de direitos, com forte identidade política, unificadora de uma diversidade de unidades familiares no campo (LANDO *et al.*).

Em relação ao futuro da agricultura familiar e camponesa no Brasil, Delgado e Bergamasco (2017) citam como desafio, a necessidade de conceber, redefinir e gerir políticas públicas que tenham como prioridade os jovens e deem visibilidade para o papel da mulher no campo. Além disso, é necessário inserir o público de idosos e crianças, ainda invisíveis nos debates ou excluídos de políticas públicas e das pautas de movimentos sociais.

Deste modo, segundo esses autores, são necessárias estratégias integradas pensadas a longo prazo, que atinjam simultaneamente vários aspectos, como a infraestrutura social, cultural e econômica das comunidades e famílias, ampliando as opções de sociabilidade e lazer nas comunidades, a geração de oportunidades e alternativas de emprego e renda, que garantam o acesso à terra, a condições adequadas de crédito, assistência técnica e a profissionalização.

Apesar dos avanços alcançados na atualidade, os agricultores familiares descapitalizados ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social, enfrentam enormes dificuldades e demandam por direitos de cidadania, que vão além da dimensão do crédito. Elas perpassam pela falta de acesso à educação, cultura e principalmente autoestima e qualidade de vida desses agricultores.

Essas dificuldades, sobretudo, estão vinculadas às problemáticas de gênero, geração e sucessão familiar. Questões bastante complexas que, aliadas aos problemas estruturais não resolvidos no campo, promovem desigualdade e invisibilidade social a esse segmento.

Em meio a tantos desafios, aos poucos vão surgindo novas oportunidades e conquistas para a agricultura familiar, fruto da articulação e da luta social deste segmento, como por exemplo, as políticas habitacionais, especificamente, o PNHHR.

No quadro 01 estão descritos os principais programas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário que são destinados aos agricultores familiares.

**Quadro 01: Programas destinados à agricultura familiar e suas finalidades (continua)**

NOME	FINALIDADE
Agroindústrias	Visa a comercialização da produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas direta e indiretamente pelo Programa;
Alimentação Escolar	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino;
Assistência Técnica e Extensão Rural	Visa melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável;
Biodiesel	É importante a contribuição que as energias renováveis podem dar para a inclusão produtiva e a geração de renda no campo. Neste sentido, a agricultura familiar, pode desempenhar importante papel nas cadeias de energias renováveis do país;
DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)	A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias;
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

**Quadro 01: Programas destinados à agricultura familiar e suas finalidades (conclusão).**

Turismo Rural	Visa agregar valor à produção agrícola ou artesanal, gerando trabalho e renda, garantindo a preservação do meio ambiente e valorizando as culturais locais;
Garantia-safra	É uma ação do PRONAF inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região da SUDENE. Majoritariamente semiárida, que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Um decreto de dezembro de 2012 autorizou a incluir agricultores familiares de outros municípios situados fora da área da SUDENE, desde que atendidos previamente alguns requisitos, como a comprovação de que os agricultores familiares se encontram em municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico.
Mais Alimentos	Também é vinculado ao PRONAF e destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar visando o aumento da produção e da produtividade. Pode ser acessado pelo agricultor individual ou pela formação de um grupo de agricultores;
Mais Gestão	Promove o fortalecimento de cooperativas da agricultura familiar por meio da qualificação de seus sistemas de gestão (organização, produção e comercialização). O objetivo é qualificá-las e garantir o acesso a mercados, especialmente ao aberto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**FONTE:** Elaborado pela autora com dados da Secretaria da Especial para Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (2018).

Esta atuação do Estado manifestou-se além da formulação de diversas políticas públicas e da ampliação dos recursos, na criação de estruturas políticas e institucionais, bem como ampliação dos espaços de participação social voltados para a agricultura familiar (CAZELLA *et al.* 2016).

Foi a partir dessas lutas sociais de resistência e reivindicações que se desenvolveu um conceito positivo do trabalho rural, expresso na crescente autoestima e afirmação social da agricultura familiar, fazendo com que esta passasse a ser vista como um sistema de produção específica, com alto potencial de adaptação. Essa nova identidade da agricultura familiar foi potencializada pelo engajamento de pesquisadores, movimentos sociais, pela mídia e por instituições diversas, como a igreja, por exemplo, (GELHEN, 2004).

Como consequência da afirmação social desses novos atores e suas reivindicações, a questão agrária passou, progressivamente, a ganhar maior visibilidade política, tornando-se mais complexa e diversificada, o que abriu caminho para a formação de uma identidade rural e agrícola consolidada e fortalecida (DELGADO, 2009).

Além disso, o debate sobre agricultura familiar tem se tornado tema constante no espaço acadêmico político e social do Brasil. Quando se trata de desenvolvimento rural, a importância desse segmento é significativa e, portanto, é pauta frequente tanto no meio político quanto em movimentos sociais. Esse modelo de produção familiar, com o suporte de políticas adequadas mostrou-se econômica e socialmente eficiente e sustentável (GEHLEN, 2004).

Através desse protagonismo, os agricultores familiares vêm criando alternativas e buscando conquistar espaço e afirmar sua importância no cenário nacional. Devido a essas estratégias e ao seu protagonismo, grupos destes agricultores têm contribuído para a revitalização dos espaços rurais e reconstrução da ruralidade, ressignificando o que é viver no meio rural pelas sociabilidades que mantêm e constroem, pelas referências ambientais de que se apropriam e pela sua inserção num projeto societário de sustentabilidade e de desenvolvimento solidário (FERREIRA *et al.* 2007).

De qualquer modo, de acordo com Savoldi e Cunha (2010), a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais no Brasil, há mais de meio século pelos antropólogos. Os autores utilizam a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores de tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são, continuamente, gerados pelas transformações econômicas e sociais.

De acordo com Tonnout *et al.* (2005), a condição de vida das famílias rurais melhorou muito nos últimos anos, inclusive o autor salienta que atualmente as políticas voltadas para a agricultura familiar são melhores e mais abrangentes se comparadas àquelas disponíveis para as populações urbanas mais pobres.

Apesar disso, uma pequena parcela de agricultores familiares absorveu o progresso tecnológico, se modernizou e conseguiu empregar em suas propriedades estratégias de diversificação produtiva, que trouxessem melhores oportunidades de renda (PEREIRA; BAZOTTI, 2010).

Por conta disso, o meio rural continua reduto de desigualdades entre agricultores familiares e os de grandes propriedades, que se refletem, principalmente, no que se refere à divisão de terras, mas também atinge outras esferas, como a educação, economia, saúde e estrutura. O governo, buscando combater esta desigualdade, criou algumas estratégias

direcionadas aos agricultores familiares (LANDO *et.al*, 2017).

Uma das principais ações desenvolvidas pelo Estado foi consolidar subsídios para os agricultores familiares. Neste cenário, surgiu o PRONAF, que disseminou o microcrédito direcionado a um público específico e, tradicionalmente, excluído do acesso aos recursos públicos, ou seja, os pequenos produtores. O objetivo do programa é estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, visando fortalecer as atividades desenvolvidas pelos agricultores (SILVA; FILHO, 2009).

De acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018), o PRONAF é uma antiga demanda dos agricultores que pediam por uma política agrícola específica que atendesse a agricultura familiar. Ao longo do tempo, o programa se consolidou como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda, permitindo o custeio da produção, bem como o investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura. As ações do PRONAF são norteadas pelas seguintes diretrizes da Lei 11.326/2006 que estão descritas no quadro 02.

**Quadro 02- Diretrizes norteadoras do PRONAF (continua).**

A	Melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e novas oportunidades de emprego e renda;
B	Proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
C	Fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
D	Adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares;
E	Adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
F	Atuar em função das demandas estabelecidas nas esferas públicas pelos agricultores familiares e suas organizações;
G	Agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
H	Buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do programa;
I	Promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;



**Quadro 02- diretrizes norteadoras do PRONAF (conclusão)**

J	Estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.
---	--

**FONTE:** Elaborado pela autora com dados da Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.

De acordo com Saron e Hespanhol (2012), ao longo dos anos, o número de contratos e o volume de recursos do PRONAF foi ampliado significativamente. Ainda que o programa visasse reduzir as disparidades do meio rural, na realidade, o PRONAF passou a atender agricultores familiares mais capitalizados, visto que ao longo dos anos, houve a ampliação do limite de renda bruta anual para acesso ao programa.

De acordo com Aquino e Schneider (2015), o PRONAF se inseriu, praticamente, em todos os municípios brasileiros. Nos seus anos de vigência, ele cresceu expressivamente em vários aspectos, principalmente, na ampliação de recursos e no número de agricultores beneficiários. No gráfico 01 observa-se o total de crédito disponibilizado pelo PRONAF no período de 2013 a 2018 no Brasil

**Gráfico 01 – Valor total do crédito acessado no Brasil no período de 2013 a 2018**



**FONTE:** Elaborado pela autora com dados do MDA (2019).

No estado do Paraná, os valores de crédito acessados pelos agricultores familiares também são significativos ao longo do tempo, conforme se observa no gráfico 02.

Gráfico 02 – Valor total do crédito acessado no Paraná no período de 2013 a 2018



FONTE: Elaborado pela autora com dados do MDA (2019).

De acordo com o MDA (2019), os estados do Rio Grande do Sul e Paraná respectivamente foram os que mais acessaram recursos do PRONAF durante o período analisado.

Tonneaut *et al.* (2005) citam que o PRONAF vem se adequando a realidade da agricultura familiar, tornando-se mais abrangente, com linhas especiais de financiamento para mulheres, jovens, cooperativas, associações, produtores agroecológicos entre outros. Porém, de acordo com Aquino e Schneider (2015), o programa continua reproduzindo a diferenciação regional que vinha ocorrendo com a Modernização Agrícola, privilegiando algumas regiões e segmentos mais organizados e capitalizados da agricultura familiar.

Apesar desses avanços em relação ao crédito, os desafios para a agricultura familiar ainda são enormes, dentre eles, destaca-se a busca por autonomia, competitividade de mercado e novas oportunidades que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo evitando novos fluxos de êxodo rural e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Na medida em que os agricultores familiares conseguem se articular, formas de resistência à dependência e à expropriação imposta pelas forças sociais hegemônicas vão surgindo, conseguem dinamizar processos de produção, proporcionando, maior sustentabilidade para agricultura. Além disso, criam-se espaços dinâmicos que permitem competir com os grupos e classes dominantes, que oprimem a agricultura familiar (PLOEG, 2008).

Os agricultores familiares, apesar de minoritários na ocupação da terra, são considerados um dos principais atores do rural brasileiro, e se destacam em importância social, econômica e cultural (SCHNEIDER, 2010). Segundo o autor, a força de trabalho da família é um importante fator produtivo. Destacando que no núcleo familiar, trabalho e produção são indivisíveis.

Schneider (2004) ressalta a preocupação dos estudiosos com quatro elementos-chave no debate sobre o desenvolvimento rural: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

A agricultura familiar no Brasil ao longo do tempo se consolidou como um segmento com forte protagonismo social e político. Os movimentos e as organizações sociais da agricultura familiar têm sido atores importantes do processo de construção da pauta da reforma agrária e das políticas públicas no Brasil. Articulados com o Estado e com o meio acadêmico, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na definição da agricultura familiar como um modelo de agricultura e uma categoria agregadora de direitos, com forte identidade política, unificadora de uma diversidade de unidades familiares no campo (LANDO *et al.*).

Em relação ao futuro da agricultura familiar e camponesa no Brasil, Delgado e Bergamasco (2017) citam como desafio, a necessidade de conceber, redefinir e gerir políticas públicas que tenham como prioridade os jovens e deem visibilidade para o papel da mulher no campo. Além disso, é necessário inserir o público de idosos e crianças, ainda invisíveis nos debates ou excluídos de políticas públicas e das pautas de movimentos sociais.

Deste modo, segundo esses autores, são necessárias estratégias integradas pensadas a longo prazo, que atinjam simultaneamente vários aspectos, como a infraestrutura social, cultural e econômica das comunidades e famílias, ampliando as opções de sociabilidade e lazer nas comunidades, a geração de oportunidades e alternativas de emprego e renda, que garantam o acesso à terra, a condições adequadas de crédito, assistência técnica e a profissionalização.

Apesar dos avanços alcançados na atualidade, os agricultores familiares descapitalizados ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social, enfrentam enormes dificuldades e demandam por direitos de cidadania, que vão além da dimensão do crédito. Elas perpassam pela falta de acesso à educação, cultura e principalmente autoestima e qualidade de vida desses agricultores.

Essas dificuldades, sobretudo, estão vinculadas às problemáticas de gênero, geração e sucessão familiar. Questões bastante complexas que, aliadas aos problemas estruturais não resolvidos no campo, promovem desigualdade e invisibilidade social a esse segmento.

Em meio a tantos desafios, aos poucos vão surgindo novas oportunidades e conquistas para a agricultura familiar, fruto da articulação e da luta social deste segmento, como por exemplo, as políticas habitacionais, especificamente, o PNHR.

#### **2.4 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**

Diante do contexto de desigualdade e pobreza que a agricultura familiar esteve exposta ao longo do tempo, o qual foi potencializado com a chegada da Modernização Agrícola, conforme vem sendo discutido no decorrer deste estudo, surge no Brasil a necessidade de implantação de estratégias capazes de enfrentar esses problemas e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, dentre elas, ações de combate ao déficit habitacional.

A moradia rural é um elemento importante de fixação do homem na terra, é também mais do que uma mercadoria, a moradia rural é uma prática familiar. Diferente dos espaços urbanos onde os locais de trabalho e de moradia quase sempre são espaços independentes, no meio rural, eles se constituem em uma unidade física e espacial única, em que se reproduz trabalho, lazer, interação comunitária e social, tornando a moradia um elemento fundamental dos territórios rurais (SILVA, 2014).

Até meados da década de 1990, as políticas e serviços públicos para os territórios rurais tinham uma orientação claramente setorial, focada na produção agropecuária. A partir desse período, inicia-se no Brasil um conjunto de políticas públicas visando trabalhar o desenvolvimento rural para além de seu caráter setorial produtivo, a agropecuária. Esse conjunto de ações fazia parte de uma abordagem territorial que buscava integrar e articular diversos segmentos e setores que pudessem viabilizar o desenvolvimento rural (ROVER; MUNARINI, 2010).

De acordo com os autores supracitados, apesar da evolução das políticas públicas a partir na década de 1990, o déficit habitacional rural continuou fora da agenda do Estado. Somente em 2009 o Governo Federal criou o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Esse programa trouxe aos agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social acesso preferencial à política de habitação, inexistente no País até então.

O PNHR é integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem como

premissa proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inserção social das famílias que vivem no meio rural. O acesso aos recursos do programa é concedido pelo Ministério das Cidades e destinado às famílias beneficiárias através de agentes financeiros e entidades organizadoras (BORGES; LUZ, 2016).

Este programa é norteado pela Portaria Interministerial N° 326 de 31 de agosto de 2009, e tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais (BRASIL, 2018). O Programa é classificado em grupos, de acordo com a faixa de renda dos agricultores familiares atendidos, conforme apresentado no quadro 03.

**Quadro 03- Distribuição por grupos de renda do PNHR**

<b>Grupos</b>	<b>Faixas de Renda</b>
<b>Grupo I</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).
<b>Grupo II</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta seja superior a R\$ 17.000,00(dezesete mil reais) e inferior a R\$ 33.000,00(trinta e três mil reais).
<b>Grupo III</b>	Agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta seja superior a R\$ 33.000,00(trinta e três mil reais) e inferior a R\$78.00,00 (setenta e oito mil reais).

**FONTE: Elaborado pela autora baseado na Portaria Interministerial N° 366/2018 (2019).**

Para efeito de enquadramento nos grupos definidos pelo PNHR, a renda familiar será aquela constante na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o instrumento que permite a identificação da agricultura familiar para acesso a políticas públicas. Com a DAP o agricultor comprova vínculo com a agricultura, caracterizando a propriedade e descrevendo suas atividades produtivas (BRASIL, 2019).

O Grupo I do PNHR atende, além dos agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas, com renda familiar bruta anual de até R\$ 17.000. Nesta modalidade, são concedidos subsídios federais para a construção da casa, limitado a um valor de R\$ 34.200,00. Os beneficiários, como contrapartida, desembolsam 4% do valor da edificação (R\$ 1.368,00), dividido em quatro parcelas anuais de R\$ 342,00. (BRASIL, 2016).

De acordo com Atiyel (2016), além da construção da moradia rural, o PNHR busca o desenvolvimento de territórios sustentáveis e a formação de comunidades atuantes, inserindo os agricultores em todas as etapas do programa, incluindo o acompanhamento da gestão dos

recursos.

Além disso, o PNHR prioriza a mulher como responsável pelo domicílio, independente da outorga do cônjuge, de acordo com a Lei nº 11.977, artigo 73-A, de 07/07/2009. Também são priorizados pelo Programa os idosos, pessoas com deficiência conforme demanda, de acordo com o artigo 73, inciso II da Lei 11.977, bem como atendimento a famílias que se encontrem em situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pela Defesa Civil (BRASIL, 2012).

No estado do Paraná, especificamente, foi lançado no ano de 2011 o Programa Morar Bem Paraná Rural. Esta iniciativa vincula-se ao PNHR e tem como objetivo promover o reordenamento das políticas públicas habitacionais para o meio rural paranaense, possibilitando aos agricultores familiares e outros segmentos populacionais, nele residentes, o acesso à casa própria. Essa estratégia teve como intuito diminuir o déficit habitacional rural, através da construção e melhorias nas unidades habitacionais, priorizando as regiões e famílias que se encontram em maior vulnerabilidade social, além de contribuir para a permanência dos agricultores familiares no meio rural (PHIS, 2013).

Os modelos de unidades habitacionais são desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e aprovados pelos Agentes Financeiros do programa, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil. Cada Estado possui autonomia para desenvolver projetos arquitetônicos que atendam as necessidades dos agricultores familiares da sua região, possibilitando a construção de moradias adequadas as diferentes realidades existentes no Brasil, sejam elas questões climáticas, culturais, entre outras.

Nas figuras 02 e 03 são apresentadas a planta baixa e a planta frontal e lateral da unidade habitacional construída pelo PNHR no estado do Paraná

Figura 02- Planta baixa da unidade habitacional PNHR



FONTE: Cohapar (2018).

Figura 03- perspectiva da elevação frontal e lateral PNHR



PERSPECTIVA

FONTE: Cohapar (2018).

O estado do Paraná, especificamente, buscou desenvolver um modelo estadual de gestão de projetos, em cooperação entre a COHAPAR, Agentes Financeiros, Ministério das Cidades, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), Emater, Sanepar, Copel e prefeituras municipais. Esse arranjo institucional viabilizou a construção de mais de 13 mil moradias rurais, no período de 2011 a 2018, com investimento de mais de trezentos e

setenta milhões de reais. (COHAPAR, 2019).

Na mesorregião sudoeste do Paraná, de acordo com dados da Cohapar (2018), o PNHR viabilizou a construção de 1048 unidades habitacionais. A mesorregião apresenta demanda de 1500 agricultores familiares habilitados para acessar o programa e aguardam a disponibilização de recursos pelo Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal para início da construção das moradias.

Diante disto, destaca-se que o PNHR é uma política pública que se destaca na mesorregião sudoeste do Paraná tanto pela sua abrangência, como pelos reflexos positivos tanto para os agricultores familiares atendidos como para o desenvolvimento econômico dos municípios, visto a movimentação de recursos trazidos pelo programa para a economia local.



## 2.5 Estudos Correlatos

Muitas pesquisas abordam a questão da Modernização Agrícola e seus impactos sobre a agricultura familiar. Esta parte do estudo apresentará alguns desses trabalhos que poderão auxiliar para a discussão dos resultados da pesquisa.

Gazolla *et al.* (2017) analisaram as condições socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares pobres do estado do Paraná visando caracterizar o perfil dessa população e a compreensão das principais vulnerabilidades sociais a que estavam expostos. O estudo utilizou dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006. Nesta pesquisa foi estratificado os agricultores familiares e os não familiares de acordo com a Lei da Agricultura Familiar, separando dos demais agricultores os do Grupo B do Pronaf, com base nos dados do Plano Safra 2006/2007. Como enfoque teórico para compreender a situação socioeconômica desses agricultores utilizou-se a Teoria das Capacitações de Amartya Sen, com base em cinco tipos de capitais/ativos dos agricultores pobres (natural, humano, financeiro, físico e social). Os dados levantados evidenciaram que mais de 1/3 dos agricultores paranaenses são pobres e suas principais vulnerabilidades sociais que os impedem de se desenvolver com liberdade são as restrições de áreas, baixo nível tecnológico e de instrução formal, a idade avançada, pouca organização social, falta de assistência técnica e baixas rendas agropecuárias. O estudo revelou um perfil extremamente precário, sendo que a pobreza identificada no meio rural não é somente econômica. Também fica evidente a fragilidade social destes agricultores, o que evidencia a necessidade de uma participação ativa do Estado, resgatando-os da invisibilidade social e os incluindo em políticas públicas que possibilitem seu desenvolvimento e superem a pobreza multidimensional a que esses agricultores estão submetidos.

Lobão *et al.* (2016) investigou a modernização agrícola nos municípios do estado do Paraná. O estudo foi realizado com dados do Censo Agropecuário de 2006 e utilizou como metodologia a análise fatorial. A partir da formação de fatores, foi calculado o Índice de Modernização Agrícola (IMA) para os 399 municípios do estado. A pesquisa identificou que 54,64% dos municípios possuem nível baixo de modernização, 41,85% possuem grau médio de modernização e apenas 3,51% apresentam grau elevado. Os resultados também apontaram que sete mesorregiões apresentam nível médio de modernização e três delas nível baixo. A mesorregião sudoeste encontra-se, de acordo com este estudo, na 6<sup>o</sup> colocação no índice de Modernização Agrícola no Paraná, 22 municípios apresentaram IMA médio, 14 IMA baixo e nenhum município apresentou alta modernização. Com relação a todo o estado do Paraná,

verificou-se que a modernização agrícola não foi uniforme, apresentando características semelhantes ao que ocorreu no restante do país.

Cazella *et al.* (2016) analisou os principais resultados das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. O estudo selecionou cinco políticas públicas voltadas para a população rural buscando intercruciar as informações relativas ao número de unidades produtivas ou de famílias beneficiadas. No grupo das políticas de caráter produtivo, o artigo analisou as seguintes iniciativas: as ações de reforma agrária, o crédito agrícola subsidiado gerido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), e as compras públicas de alimentos (mercados institucionais) efetivadas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Já no grupo das políticas de caráter assistencial, o estudo priorizou o sistema de previdência social rural e a transferência de renda do Programa Bolsa Família (PBF). O estudo apontou uma clara dicotomia entre as políticas de caráter produtivo e aquelas destinadas a assistência social das propriedades da agricultura familiar e identificou que a grande concentração do apoio econômico para as atividades produtivas da agricultura familiar ainda é direcionada, em maior escala, para as camadas intermediárias, sobrando para os agricultores mais pobres, apenas políticas assistenciais, continuando distante das políticas de apoio a produção.

Grisa e Schneider (2014) apresentaram uma análise bibliográfica e cronológica, buscando abordar três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e as formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. O artigo analisa a trajetória de construção das políticas públicas para a agricultura familiar no país caracterizando essas políticas no que chamaram de gerações, norteados por momentos chaves na relação entre estado e sociedade. O estudo descreve as três etapas dessas políticas, definindo a primeira delas, a partir da década de 1950, como sendo pautada, prioritariamente, pelo viés agrícola; um segundo momento, a partir da década de 1990, com enfoque nas políticas assistenciais; e um terceiro momento, a partir dos anos 2000, com políticas voltadas a construção de um mercado orientado para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Além disso, no bojo do estudo ainda se destaca o protagonismo e a ação coletiva dos atores sociais que propuseram novas discussões sobre o lugar e o papel da agricultura familiar na sociedade brasileira e no desenvolvimento rural.

Alves e Tedesco (2015) estudaram a Revolução Verde e a Modernização Agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul. O estudo fez uma revisão bibliográfica, discutiu e reconstituiu o início da especialização produtiva agrícola no noroeste do estado, dando ênfase

na transformação ocorrida na agricultura daquela região. De acordo com os autores, essa região foi uma das primeiras no Brasil a passar pelo a modernização agrícola, porém, não conseguiu atingir todos os agricultores, principalmente, os micro e pequenos produtores. Os que não conseguiram se adaptar as mudanças, em geral por não possuírem terras suficientes para tal, eram transferidos para novas colônias produtivas no oeste paranaense ou no centro oeste brasileiro. Essa corrente migratória levou consigo o modelo e acelerou o processo da revolução verde em outras regiões do país.

Savaldi e Cunha (2010) estudaram a agricultura familiar e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. Os autores descreveram o processo de êxodo rural, bem como quais foram as políticas públicas que estimularam o consumo de maquinários e insumos agrícolas nesse período. Além disso, caracterizaram a região sudoeste do Paraná como fortemente marcada pela presença da agricultura familiar. De acordo com os autores, a prevalência da agricultura familiar na região ocorreu devido à resistência dos agricultores em aderir as novas tecnologias, financiamentos bancários altos, máquinas e produtos agrícolas, que a mídia acima de tudo insistia em inserir na vida do pequeno agricultor, o qual passou a diversificar as culturas de sua propriedade e agregar valor a sua produção através de pequenas agroindústrias

Santos (2008) estudou a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná sob o prisma da organização territorial, no período de 1960 e 2006. Para tanto, a autora utilizou a coleta de dados secundários, entrevistas, pesquisa bibliográfica e representação geográfica. De acordo com o estudo, a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná apresenta diferentes ritmos na sua inserção ao pacote tecnológico, os quais implicam mudanças mais rápidas ou mais lentas na organização territorial, atingindo os lugares de formas distintas, resultando em diferentes organizações territoriais através da mecanização, do desmatamento, da concentração de terra etc. O estudo também destaca que a modernização, por um lado, facilitou o trabalho físico dos agricultores, mas por outro, mostrou-se a inadequada às pequenas unidades agrícolas. A pesquisa, realizada numa abordagem territorial, possibilitou entender as condições locais que caracterizam e diferenciam as unidades agrícolas produtivas, assim como suas diversidades, revelando, também, aspectos centrais do contexto internacional que condiciona a modernização da agricultura. O estudo questiona o modelo de desenvolvimento e de modernização adotado no Brasil e verifica a urgência de um projeto de desenvolvimento e de modernização para melhoria efetiva das condições de vida da população que compõe o território do Sudoeste do Paraná, especialmente dos agricultores

familiares.

Hespanhol (2008) discutiu a modernização da agricultura e o desenvolvimento territorial. No estudo, composto por uma revisão de literatura, o autor, além de caracterizar o pacote tecnológico trazido pela “Revolução Verde”, descreveu como ela se difundiu pelo mundo a partir da década de 1950, quando a produção agrícola se expandiu consideravelmente. No entanto, o autor critica os efeitos ambientais e sociais da “Revolução Verde”, quando implantada em países subdesenvolvidos, os quais não tivessem condições para lidar com as consequências, causando graves problemas estruturais que impediram o desenvolvimento.

Junqueira e Lima (2008) realizaram uma análise de algumas políticas públicas aplicadas à agricultura familiar no Brasil e seus efeitos para o desenvolvimento rural nos estados brasileiros. O estudo, de caráter bibliográfico, aponta que a região sul é a maior beneficiada pelo Pronaf e PAA, e estas políticas, somadas a Previdência Social Rural, vêm se mostrando grandes impulsionadoras da agricultura familiar. Além disso, esses incentivos apontam efeitos positivos na economia local, ainda que de forma mais concentrada na região sul do país. Esses programas ainda necessitam avançar e são desafios, principalmente nas regiões norte e nordeste, onde os agricultores, ou não tem informações suficientes sobre o programa ou não se adequam as exigências dos agentes financiadores.

Teixeira (2005) discute a modernização agrícola no Brasil e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. No estudo bibliográfico desenvolvido pelo autor é problematizado o processo de modernização do campo, que se acentuou a partir da década de 1960, principalmente, no sul e sudeste Brasil no período pós 2º Guerra Mundial. Ele discute as inovações tecnológicas e a industrialização que eclodiram em um novo direcionamento produtivo, em que o capital industrial passou a comandar a economia do país e, em consequência, exigiu que o meio rural também se modernizasse para atender suas necessidades.

Schneider e Fialho (2000) propuseram uma discussão sobre o desenvolvimento agrário, as desigualdades regionais e a pobreza rural no Estado do Rio Grande do Sul. No estudo, os autores apresentam indicadores relacionados à pobreza brasileira, traçando um paralelo entre as diferenças das pobrezas urbana e rural, também é proposta uma reflexão sobre as transformações impostas pela modernização agrícola e como ela foi responsável, não só por ampliar a pobreza rural como pelo aumento das desigualdades regionais. O estudo propõe que é necessário repensar as políticas de redistribuição fundiária, geração de renda que

valorizem a pluriatividade rural, programas de moradia e infraestrutura, de transportes e mobilidade entre outros.

Martine (1991), em seu estudo bibliográfico, levantou vários questionamentos sobre a modernização agrícola e os beneficiados por ela. O autor propõe que não há dúvidas de que produção e produtividade na agricultura são condições necessárias ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida da população. Entretanto, o autor contextualiza que produção não é condição suficiente para gerar bem-estar para a população, pois não há garantias de que os benefícios do crescimento serão distribuídos entre todos.

Este estudo se propõe a contribuir com as demais pesquisas que tratam do universo da agricultura familiar, visando caracterizar os agricultores que permaneceram no campo após a modernização agrícola. Além disso, busca entender quais foram as estratégias que estas famílias encontraram para se manter na agricultura, apesar das dificuldades oriundas da Modernização Agrícola. Também se propõe a investigar suas atividades produtivas e quais são as perspectivas para o futuro da família e da propriedade, levando em consideração a forte presença desta categoria social na mesorregião sudoeste do Paraná.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com os objetivos propostos para este estudo, esta é uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e abordado de maneira qualitativa.

Para responder aos objetivos deste trabalho, foi realizada uma entrevista por meio de formulário (Anexo I), contendo, em sua maioria, perguntas fechadas, aplicadas a agricultores familiares da mesorregião Sudoeste do Paraná.

A pesquisa objetiva caracterizar os agricultores familiares que permaneceram no campo após a Modernização Agrícola que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, buscando entender quais foram as estratégias que estas famílias encontraram para manter a sua propriedade, suas atividades produtivas e quais são as perspectivas para o futuro da família e da propriedade.

A população do estudo é formada por agricultores familiares da mesorregião sudoeste do Paraná que foram beneficiários do programa PNHR, no período de 2011 a 2018, contabilizando um total de 1048 famílias. O foco do estudo foram os agricultores familiares classificados no Grupo I do programa, que atende famílias com renda familiar anual bruta de até R\$ 17.000,00, ou seja, os agricultores familiares mais vulneráveis e que se enquadram na Lei da Agricultura Familiar.

Além do Grupo I, o PNHR também possui os Grupo II e III, que atendem, respectivamente, as faixas de renda entre R\$ 17.000,01 a 33.000,00 e entre R\$ 33.000,01 a 78.000,00. Cabe destacar que, no Paraná, o atendimento a estas faixas de renda não foi priorizado, devido à demanda existente para atendimento enquadrada no Grupo I.

A amostra da pesquisa pode ser classificada como não probabilística, sendo que a seleção será feita de acordo com a acessibilidade do pesquisador, em que os elementos pesquisados serão considerados representativos da população de agricultores familiares atendidos pelo PNHR na mesorregião sudoeste do Paraná.

Como método estatístico de amostragem a partir do cálculo da amostra da população utilizou-se equação 01 onde  $n$  é a amostra calculada,  $N$  é a população,  $Z$  é o grau de confiança de confiança,  $p$  é a probabilidade do evento ocorrer e  $e$  é a margem de erro. O nível de confiança utilizado é 95% que corresponde na tabela  $Z$  a 0,05. A porcentagem de erro admitida é 10% de margem para mais ou para menos.

$$n = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N}\right)} \quad (01)$$

Deste modo, fizeram parte da pesquisa 88 famílias, que foram definidas a partir de um extrato da amostra, e escolhidas aleatoriamente dentre os municípios pesquisados, sendo que a definição para número de entrevistados por município foi proporcional ao tamanho da política PNHR em cada um deles conforme descrito no quadro 04. <sup>1</sup>

**Quadro 04- Municípios Pesquisados**

<b>Município</b>	<b>Unidades Contratadas</b>	<b>Entrevistas</b>
Ampére	49	04
Barracão	38	03
Bela Vista da Caroba	12	01
Bom Jesus do Sul	43	03
Bom Sucesso do Sul	09	01
OCapanema	24	02
Clevelândia	19	02
Coronel Vivida	25	03
Cruzeiro do Iguaçu	45	04
Dois Vizinhos	45	04
Enéas Marques	50	05
Flor da Serra do Sul	13	02
Francisco Beltrão	70	06
Itapejara D'Oeste	27	02
Manfrinópolis	15	01
Mariópolis	12	01
Marmeleiro	34	03
Nova Prata do Iguaçu	15	01
Pato Branco	36	03
Pérola do Oeste	41	03
Pinhal de São Bento	19	02
Planalto	19	02
Pranchita	43	03
Realeza	27	03
Renascença	14	01
Salgado Filho	45	04
Santa Izabel D'Oeste	43	03
Santo Antônio do Sudoeste	43	03
São João	38	03
São Jorge D'Oeste	19	02
Saudade do Iguaçu	29	02
Sulina	30	03
Verê	24	01
Vitorino	22	02
Total:	1048	88

**FONTE: Elaborado pela autora (2018).**

Os municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste e Salto do Lontra não foram incluídos na pesquisa por não terem participado do PNHR.

<sup>1</sup> O formulário foi aplicado em visita às propriedades pela pesquisadora, acompanhada de um técnico municipal que atuou no PNHR. As famílias foram entrevistadas de acordo com a disponibilidade das mesmas, bem como acesso as propriedades.

A pesquisa foi aplicada pela autora e, após a coleta dos dados, foi realizada a análise para responder aos objetivos do estudo. O formulário utilizado (Anexo I) é composto por 53 questões que foram elaboradas com base em uma revisão de literatura sobre o tema, sendo este a principal fonte de dados do estudo, além disso, observações e apontamentos que surgirem ao longo da aplicação do questionário serão considerados na análise dos dados.

O formulário foi enviado a um grupo composto por pesquisadores do tema e técnicos que atuam com esta população, com intuito de torná-lo o mais adequado e claro possível para responder aos objetivos do estudo.

No quadro 05 estão apresentados os profissionais e pesquisadores que contribuíram no processo de validação do formulário desta pesquisa.

**Quadro 5- Experiência dos profissionais que contribuíram com a validação do formulário**

<b>Profissionais</b>	<b>Experiência</b>
Experiência Acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Mestrado e doutorado em Economia; Professor universitário.
Experiência Acadêmica	Graduação em Ciências Econômicas; Mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio; Professor universitário.
Experiência Acadêmica	Graduação em Agronomia; Aperfeiçoamento em Desenvolvimento e Planejamento Agrícola; Mestrado em Economia; Doutorado em Ciências Econômicas; Professor universitário.
Experiência Acadêmica	Curso Técnico em Agropecuária; Graduação em Agronomia; Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Rural; Professor universitário.
Experiência Profissional	Graduação em engenharia agrícola; Mestrado em Desenvolvimento Regional; Engenheiro agrônomo e Chefe Regional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB).
Experiência Profissional	Graduação em Economia Doméstica; Atua como Extensionista rural na Emater.

**FONTE: elaborado pela autora (2018).**

Após este processo de validação, foram realizados ajustes e inclusões no formulário, objetivando captar informações mais precisas e que ajudassem a entender o tema estudado, considerando o amplo conhecimento dos colaboradores sobre a agricultura familiar. Além desses cuidados, o formulário foi aplicado em um grupo de cinco agricultores familiares para finalizar o processo de validação, fazendo os últimos ajustes necessários.

A pesquisa foi aplicada no período de setembro a dezembro de 2018.



## 4 RESULTADOS

Neste capítulo será apresentada a análise e discussão dos dados da pesquisa, organizados em cinco categorias, apresentadas na sequência.

### 4.1 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Entrevistados

A entrevista foi realizada com o “responsável familiar” indicado por cada uma das famílias. A indicação do sexo masculino como responsável ocorreu em 71,6% dos casos e em 28,6% dos domicílios a mulher foi identificada.

Percebe-se neste dado a apropriação do conceito de responsável familiar pelo sexo masculino na maioria das propriedades pesquisadas. Em algumas situações, o marido era indicado pela mulher para responder as perguntas. O sexo feminino foi identificado como responsável familiar naquelas famílias compostas por mulheres que viviam sozinhas com os filhos e apenas em duas propriedades que havia a presença do marido, elas foram identificadas como responsáveis pela família.

Cabe destacar que, de acordo com a Medida Provisória 561/2009, no PNHR, assim como em outros programas habitacionais de interesse social que fazem parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os contratos são formalizados em nome da mulher e ela tem autonomia sobre a titularidade e destinação do imóvel, não necessitando da anuência do cônjuge, independente do regime de bens aplicados no casamento (BRASIL, 2009).

Apesar da identificação do gênero masculino como o responsável familiar, a participação das mulheres durante as entrevistas foi bastante significativa, em diversos momentos elas eram consultadas ou complementavam o marido em determinadas respostas, mostrando que mesmo havendo a indicação do gênero masculino formalmente como responsável, a mulher possui espaço importante na dinâmica familiar.

De acordo com Schimtz e Santos (2013), a agricultura familiar na mesorregião sudoeste possui caráter patriarcal, por traz disso percebem-se resquícios de dominação e sujeição das mulheres a uma estrutura machista, em que os homens, historicamente, foram os administradores das unidades familiares e as mulheres possuíam um papel secundário ou complementar.

Verificou-se também, que dentre o grupo estudado, a maioria dos entrevistados são casados, representando 86,4%, 11,4% são solteiros e 2,3% viúvos. Esse dado justifica-se pelo perfil do Programa PNHR, que tem como público alvo casais com filhos e idosos.

A faixa etária e escolaridade foram elementos considerados na caracterização socioeconômica destas famílias, levando em conta sua importância em relação ao trabalho e a

produção de renda, fatores indispensáveis para propiciar qualidade de vida.

Durante o estudo identificou-se que a idade dos entrevistados varia entre 22 e 77 anos, sendo que a média é de aproximadamente 48 anos, conforme tabela 02.

**Tabela 02- Idade dos entrevistados**

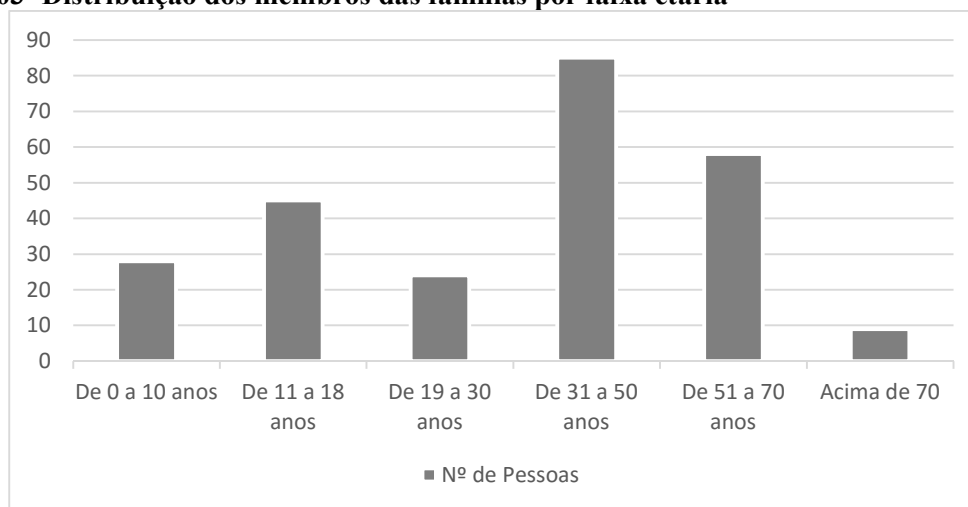
Característica	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	88	22,00	77,00	48,0682	13,13572

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Esse dado revela que a maioria da população entrevistada encontra-se na faixa etária economicamente ativa, dentro do que é estabelecido pelo IBGE (2012), que considera essa faixa etária entre 15 e 64 anos.

As 88 famílias que participaram do estudo são compostas por 251 pessoas. Com relação à idade dos membros da família identificou-se a predominância da faixa etária de 31 a 50 anos, sendo seguida, na sequência, pela faixa de 51 a 70 anos. A menor faixa etária apresentada é aquela acima dos 70 anos conforme apresentado no gráfico 03.

**Gráfico 03- Distribuição dos membros das famílias por faixa etária**



**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Esse dado demonstra, em certo grau, um envelhecimento gradual da população rural. De acordo com Cazolla *et.al*, (2017), esse fato pode ser motivado pela diminuição da taxa de natalidade, bem como a elevação da taxa de vida da população brasileira como um todo. Outro fator que explica esse cenário de envelhecimento rural é o êxodo da população mais jovem, que migra para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Já em relação ao nível de escolaridade dos agricultores pesquisados, foi identificado que a maioria possui escolaridade até o ensino fundamental séries iniciais, sendo que 4,5% não são alfabetizados, conforme visualizado na tabela 03.

**Tabela 03- Escolaridade dos entrevistados**

Escolaridade	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Não alfabetizado	4	4,5	4,5
Alfabetizado	4	4,5	9,1
Pré Escola	17	19,3	28,4
Ensino Fundamental - Séries Iniciais	24	27,3	55,7
Ensino Fundamental - Séries Finais	20	22,7	78,4
Ensino Médio	19	21,6	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Essa informação revela a baixa escolaridade dos entrevistados, sendo que a maioria não possui o ensino fundamental completo, de forma que essa é mais uma das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. *“Eu sempre trabalhei na roça, só estudei até a 4º série, nunca mais voltei, a gente tinha que trabalhar ajudar em casa”* (Entrevistado nº16, 62 anos).

Este cenário apresenta a realidade de grande parte da população rural, principalmente, entre os mais velhos que, de acordo com os relatos, não tiveram acesso à escolarização, seja por falta de escolas no meio rural ou a necessidade de trabalho imposta pela própria família, que de acordo com relatos não priorizava a escolarização das crianças, principalmente das mulheres.

A baixa escolaridade no campo acaba potencializando o ciclo vicioso da reprodução da pobreza, responsável pela enorme desigualdade de oportunidade educacional no país e que tende a ser mais intensificado no meio rural, Além disso, grande parte da população pobre do país vive em áreas rurais, onde a incidência da pobreza é bem maior do que nas cidades (Ney, 2006).

A educação é um fator fundamental para o desenvolvimento humano, através de melhores níveis de estudos, os agricultores poderiam ter mais chances de aplicar conhecimentos em novas técnicas, processos e tecnologias produtivas. Além disso, a educação proporciona maior facilidade em estabelecer relações sociais continuadas e sedimentadas com outros atores, instituições e com o próprio estado, no sentido de acessar direitos que ainda não possuem (CAZELLA *et al.*, 2017).

Além disso, Molina (2011) cita que um dos princípios fundamentais da educação é garantir que a população rural tenha o direito de acesso com qualidade ao conhecimento sobre o local onde vivem, garantindo sua sobrevivência social e material, além, dos saberes universais que são necessários para que decidam se querem permanecer no campo, ou não, e caso contrário tenham condições de viver na cidade. Além disso, é possível perceber que o

baixo nível de escolaridade desses agricultores não é percebido por eles como um limitador de conhecimento em relação a sua realidade de trabalho, porém, mostra descaso das políticas públicas educacionais.

De acordo Netto e Silva (2011), o contexto rural foi historicamente preterido na elaboração e implantação das políticas educacionais brasileiras. As escolas no meio rural foram construídas de modo tardio e precário pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, sobretudo no campo. De acordo com os autores essa é só mais uma das fronteiras impostas entre o espaço urbano e rural que, culturalmente, tende a inferiorizar e segregar a subjetividade do meio rural.

Ao longo do tempo, esta realidade foi sendo, em parte, modificada, inclusive com a criação de leis que garantem à criança e ao adolescente o direito a educação. Além disso, algumas estratégias foram implantadas visando fomentar políticas educacionais voltadas para a população rural, como a educação de jovens e adultos (EJA) e a implantação das escolas do campo, bem como a formação profissional dos atores educacionais inseridos nas escolas rurais, como disponibilização pro meio rural, que garantam qualificação e tragam mais oportunidades.

Como alternativa a essa realidade de acesso desigual a escolaridade das populações rurais, Molina (2011) sugere que, em relação à educação, seja considerado as especificidades da vida no campo, tais como menor densidade populacional, a dispersão geográfica, principalmente a integração entre as esferas de poder municipal, estadual e federal na implantação de medidas e aplicação de recursos públicos que garantam amplo acesso a educação para a população do campo.

Em 1998 foi realizada a 1<sup>o</sup> Conferência Nacional por uma Educação básica do Campo. Este momento é considerado o início de um novo jeito de pensar a educação da população brasileira que vive no meio rural, construindo uma nova referência, a qual foi denominada Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A partir deste marco, buscou-se construir no campo, um espaço que propiciasse além da educação formal, mas também a formação e valorização dos educadores do campo, garantindo infraestrutura física e humana adequadas, democratizando e universalizando os níveis de ensino no meio rural e fortalecendo a construção de identidade dos povos do campo, bem como a valorização da sua história e cultura( PARANÁ, 2008).

A educação deve ser um canal facilitador, no qual os agricultores consigam identificar suas demandas, problemas e possam sugerir soluções adequadas, de acordo com as

especificidades do meio em que vivem (AGRA; SANTOS, 2001).

Além das questões associadas à educação, outro aspecto no estudo é referente à religião. Foi investigado se os agricultores possuíam ou não religião e nos casos em que a resposta foi positiva, eles foram inqueridos sobre qual religião possuíam e se eram ou não praticantes. Todos os entrevistados responderam possuir alguma religião, sendo que 92% responderam ser católicos e 08% evangélicos, e 100% dos entrevistados declaram ser praticantes.

Antunes (2006) descreve que a religião, principalmente, nas comunidades rurais, é um fator que reforça o sentimento de identificação e pertencimento dos agricultores com o lugar em que vivem. De acordo com o autor, a igreja é o elemento central da paisagem de cada comunidade, e o ponto de encontro, das conversas, da interação, do lazer. É o local onde cada morador reafirma sua condição de membro da comunidade. Mas é também a igreja que muitas vezes, exerce o papel de reguladora social da vida da comunidade.

Martignoni e Corona (2011) descrevem que o processo de colonização do Sudoeste do Paraná deu grande ênfase aos processos produtivos, porém, concomitante a eles, observa-se também manifestações culturais e religiosas importantes. Junto com os métodos de cultivo das terras, trazidos pelos colonos, vieram as tradições sócio comunitárias. Deste modo, segundo os autores, as comunidades rurais se configuraram em torno das igrejas, que com o passar do tempo e progresso financeiro, foram recebendo benfeitorias, como centros comunitários, salão de festas, e outros espaços de lazer.

De acordo com Coradini (2015), percebe-se que família e religião são duas instituições muito presentes na organização social. A religião católica, principalmente, esteve inserida em segmentos importantes da vida social camponesa, uma vez que a educação estava concentrada em escolas católicas e o clero era imbuído de significativa autoridade e poder. Por vezes, a própria ordem em vigor era resultado do sistema moral determinado pela igreja, o que certamente produziu efeitos sobre os estilos de vida dos agricultores.

Os agricultores familiares, na sua maioria, preservam o convívio comunitário, estas relações são estimuladas devido ao papel da religiosidade na vida dessas famílias, que encontram na igreja uma forma de organização social, muito valorizada por eles.

Além disso, investigou-se também o acesso dos agricultores familiares a serviços e equipamentos, como televisão, automóvel, computador, telefonia celular, internet. Além disso, verificou-se se havia energia elétrica e saneamento básico em suas propriedades Os resultados estão descritos na tabela 04.

**Tabela 04 - Acesso a serviços e a aparelhos**

Serviços/Aparelhos	Possui	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Energia Elétrica	Sim	88	100,0	100,0
	Não	0	0	0
Saneamento Básico	Sim	88	100,0	100,0
	Não	0	0	0
Computador	Sim	7	8,0	8,0
	Não	81	92,0	100,0
Internet	Sim	5	5,7	5,7
	Não	83	94,3	100,0
Telefone Celular	Sim	63	71,6	71,6
	Não	25	28,4	100,0
Veículo	Sim	42	47,7	47,7
	Não	46	52,3	100,0
TV	Sim	88	100,0	100,0
	Não	0	0	0

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Todas as propriedades possuem acesso à energia elétrica e saneamento básico. Em relação aos demais itens, o acesso é relativo a alguns serviços e bens de consumo, os mais frequentes foram televisor, telefonia celular e veículo. Poucas famílias possuem computador e internet. Além disso, em 85,2% das propriedades a água é acessada através de proteção de fontes, 10,2% acessam água através de poços artesianos comunitários e 4,5% coletam diretamente de nascentes, de maneira mais rudimentar.

Em relação ao perfil socioeconômico dos agricultores familiares pesquisados, algumas considerações merecem destaque, como a forte presença da cultura machista e patriarcal nestas famílias. Apesar de a mulher estar inserida no trabalho da propriedade tanto quanto o homem, a figura masculina como “chefe da família” ainda é reproduzida pela própria mulher, como algo natural, mostrando que as questões de igualdade de gênero e valorização do papel da mulher na família são temas que merecem ser ressignificados. Ademais, são reflexos de uma construção social que está enraizada no meio rural, ainda visto como reduto quase que exclusivo do homem, reflexo talvez da baixa escolaridade identificada e pelo fato de viverem em certo isolamento tecnológico. Além disso, as manifestações religiosas são muito valorizadas pelas famílias, trazendo um sentimento de pertencimento e coletividade através da religião, que se expressa numa maneira de organização social.

#### **4.2 Aspectos Relativos à Renda dos Entrevistados**

A renda familiar foi outro importante aspecto investigado no estudo. A pesquisa apontou que 67% das famílias entrevistadas enquadra-se na faixa de renda mensal entre R\$

954,00 até R\$ 2.862,00. A distribuição de renda das famílias entrevistadas é visualizada na tabela 05.

**Tabela 05- Renda Familiar**

Renda Familiar	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Até R\$957,00	23	26,1	26,1
De R\$958,00 a R\$2.862,00	59	67,0	93,2
De R\$2.863,00 a 4.770,00	6	6,8	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Uma proporção menor de famílias, 6,8% possui renda entre R\$ 2.862,00 a R\$ 4.770,00. Estes agricultores estão inseridos na produção de laticínios e possuem maior acervo tecnológico. Além disso, verificam-se rendas mais altas em famílias que possuem atividades concomitantes ao trabalho na propriedade.

Em 85,2% dos entrevistados, a única fonte de renda familiar é oriunda da propriedade e 14,8% delas possuem outra fonte de renda. As atividades desenvolvidas fora da propriedade estão descritas na tabela 05.

**Tabela 06- Outras fontes de renda da propriedade**

Outra fonte de renda	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Agroindústria	1	8,3	8,3
Arrendamento	2	16,7	25,0
Construção Civil	2	16,7	41,7
Diarista Rural	5	41,7	83,3
Frentista	1	8,3	91,7
Motorista	1	8,3	100,0
Total	12	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

A principal atividade desempenhada fora da propriedade continua associada à agricultura, dentre os entrevistados 41% trabalha como diarista rural, além dessa ocupação, 16,7% declararam rendimentos provenientes de arrendamento da propriedade. Nos demais casos observam-se trabalhos variados, que exigem pouca escolaridade e proporcionam remuneração baixa.

Seguindo na temática renda, estes agricultores foram inquiridos sobre a sua percepção a respeito da renda familiar. As respostas apontaram que 62,5% dos entrevistados consideram a renda familiar regular e 23,9% consideram boa, a renda familiar foi considerada ruim por 10% e péssima 1,1% conforme descrito na tabela 07.

**Tabela 07- Percepção da Renda Familiar**

<b>Percepção da Renda Familiar</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Porcentagem cumulativa</b>
Ótima	2	2,3	2,3
Boa	21	23,9	26,1
Regular	55	62,5	88,6
Ruim	9	10,2	98,9
Péssima	1	1,1	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa**

Os dados nos mostram que 62,5% dos agricultores pesquisados consideram a renda familiar regular, essa informação pode ser justificada quando observado que mesmo naquelas propriedades em que a família permanece produzindo para subsistência, com renda sazonal da comercialização de alguns produtos, os agricultores conseguem produzir a maior parte dos alimentos para consumo da família, mantendo qualidade de vida que não vislumbram em outros espaços, como o urbano por exemplo.

Ainda investigou-se se os entrevistados consideram que houve melhora na condição de renda da família ao longo do tempo, 87,5% considera ter havido melhora 3,4% consideram que a renda manteve-se igual e 9,1% respondeu que não houve melhora nas condições de renda das famílias. Aprofundando um pouco mais a questão da renda para entender como eles administravam seus rendimentos, todos apontaram priorizar o custeio familiar, a manutenção da propriedade, com insumo, alimentação e medicamentos para animais e insumos diversos, deste modo, os recursos que restam para investimentos na propriedade são escassos.

Ainda em relação à renda destas famílias, é necessário ressaltar aqueles casos em que a renda declarada pelos entrevistados foi superior ao limite estipulado para o enquadramento no PNHR. Considerando que a comprovação da renda é realizada através da apresentação da DAP, que é um instrumento utilizado para acessar outras políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, principalmente o PRONAF, presume-se, pelo que foi identificado na pesquisa, que a DAP acaba sendo flexível, e elaborada de maneira que possibilite ao agricultor acessar políticas com comprovação de renda específica. Apesar de o PNHR ser destinado às famílias com renda anual bruta de até R\$ 17.000,00, todas as famílias participantes da pesquisa apresentaram Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) compatível com o estipulado pelo programa.

Apesar das limitações impostas pelo tamanho da propriedade, baixa renda e o acesso restrito a tecnologias que possibilitem vantagens produtivas, os agricultores entrevistados, na maioria, consideram que a renda da família melhorou ao longo do tempo. Essa percepção se justifica pelas mudanças, mesmo que sutis, que vem surgindo no meio rural quando



comparado com o passado da família, principalmente, em relação às dificuldades que os pioneiros encontraram para formar suas propriedades e manter a família.

### **4.3 Características da Propriedade**

Neste item serão apresentados aspectos relacionados às características da propriedade, como tamanho, mão de obra utilizada, equipamentos, o que é produzido e a destinação dada a ela.

A mesorregião sudoeste do Paraná é caracterizada, em sua maioria, por pequenas propriedades, de acordo com o IPARDES (2004), além da terra fértil disponível, outro fator de proteção natural da agricultura familiar é o relevo acidentado, condição que dificulta a mecanização em larga escala do solo, transformando a mesorregião sudoeste num reduto da agricultura familiar.

Em relação ao tamanho, 34,1% das propriedades possuem de 01 a 03 alqueires, 55,7% possuem de 04 a 06 alqueires, e somente 10,2% possuem mais de 06 alqueires.

Essa configuração identificada na pesquisa está presente em toda a mesorregião sudoeste paranaense. O tamanho das propriedades, segundo Gazzola *et al.* (2017), parece ser um dos fatores essenciais que ajudam a entender a pobreza no meio rural. Segundos os autores, a terra é um ativo primordial para o desenvolvimento da agricultura. Os agricultores familiares que possuem pequenas propriedades possuem menos ativos naturais para competir com os demais produtores, e estão abaixo do mínimo necessário para prover a família, exclusivamente, com a agricultura.

Esta percepção em relação ao tamanho da propriedade e a pobreza rural também são destacadas nos estudos de Savaldi e Cunha (2010). De acordo com esses autores, os agricultores familiares do sudoeste são, de fato, pequenos agricultores, e o tamanho da propriedade é uma das fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Essas pequenas propriedades, perante a modernização agrícola, não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família.

Além do tamanho da propriedade, os entrevistados foram indagados sobre quem trabalha na propriedade, verificando-se que 100% da mão de obra é familiar, variando entre 01 até 04 pessoas trabalhando, efetivamente, em cada uma delas.

Ainda em relação à propriedade, foi perguntado se os entrevistados a consideram produtiva. Neste aspecto, 64,8% a consideram produtiva, 23,9% pouco produtiva e 11,4% consideram a sua propriedade muito produtiva.

Na tabela 08 estão descritos os equipamentos agrícolas disponíveis e utilizados nas propriedades.

**Tabela 08- Equipamentos disponíveis na propriedade**

Máquina	Possui	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Trator*	Sim	5	5,7	5,7	5,7
	Não	83	94,3	94,3	100,0
Arado	Sim	78	88,6	88,6	88,6
	Não	10	11,4	11,4	100,0
Motosserra	Sim	32	36,4	36,4	36,4
	Não	56	63,6	63,6	100,0
Roçadeira	Sim	6	6,8	7,1	7,1
	Não	79	89,8	92,9	100,0
Carro de Boi	Sim	53	60,2	60,2	60,2
	Não	35	39,8	39,8	100,0
Plantadeira*	Sim	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não	88	100,0	100,0	100,0
Pulverizador*	Sim	5	5,7	5,7	5,7
	Não	83	94,3	94,3	100,0
Ensilhadeira	Sim	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não	88	100,0	100,0	100,0

**FONTE: Resultados da pesquisa.**<sup>2</sup>

Além dos equipamentos acima, 04 agricultores possuem ordenhadeira elétrica e dois deles possuem resfriador para depósito de leite.

Percebe-se que a maioria das propriedades não possuem equipamentos modernos, tendo instrumentos de trabalho mais rudimentares, poucos agricultores possuem equipamentos como trator e pulverizador, por exemplo. Esses resultados mostram que os agricultores familiares que participaram deste estudo, na maioria, não conseguiram se inserir na modernização agrícola, justamente pelas características da propriedade e do seu perfil de renda, o que corrobora com o que é descrito pelos autores, que descrevem a exclusão social e produtiva que os agricultores mais pobres sofreram ao longo do tempo.

Gazzolla *et al.* (2017), descreve que outro fator que influencia na pobreza presente entre os alguns agricultores é a precariedade tecnológica. Estes produtores utilizam pouca tecnologia nos seus processos produtivos, além disso, demonstram dificuldades em adquirir e inserir tecnologias em suas estratégias de reprodução social.

Além disso, Bazotti *et al.* (2007) apontam que a posse de meios de produção está

<sup>2</sup> Equipamentos considerados modernos, com alto custo de aquisição.

diretamente vinculada à maior ou menor capacidade de agregar renda pelos agricultores. Essa é uma dificuldade enfrentada inclusive por segmentos mais capitalizados da agricultura familiar.

Essa limitação de acesso a tecnologias se justifica, de acordo com Assunção e Mendes (2014), pelo fato de que os pequenos produtores, sobretudo aqueles que possuem pequenas unidades de produção, não possuem recursos financeiros nem condições para adquirir equipamentos e maquinários modernos que possibilitem o aumento da sua produção. Os autores ressaltam que esses agricultores precisam recorrer a financiamentos com altas taxas de juros, que são, na maioria das vezes, desproporcionais a sua renda. Além disso, temem a possibilidade de perder as suas terras, que é o único meio de subsistência da família.

Os agricultores familiares entrevistados citaram os principais alimentos que são produzidos nas suas propriedades, bem como qual a destinação dada a essa produção, seja ela, consumo, comercialização ou ambas as alternativas. Os principais produtos podem ser visualizados na tabela 09.

**Tabela 09- Produção da Propriedade e sua destinação (continua).**

<b>Produto</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Porcentagem válida</b>	<b>Porcentagem cumulativa</b>
Feijão	Consumo	84	95,5	95,5	95,5
	Vendas	2	2,3	2,3	97,7
	Ambas	2	2,3	2,3	100,0
Mandioca	Consumo	88	100,0	100,0	100,0
	Vendas	0	0	0	100,0
	Ambas	0	0	0	100,0
Milho	Consumo	12	13,6	13,8	13,8
	Vendas	7	8,0	8,0	21,8
	Ambas	68	77,3	78,2	100,0
Soja	Consumo	0	0	0	0
	Vendas	11	12,5	100,0	100,0
	Ambas	0	0	0	100,0
Batata	Consumo	88	100,0	100,0	100,0
	Vendas	0	0	0	100,0
	Ambas	0	0	0	100,0
Legumes	Consumo	85	96,6	98,8	98,8
	Vendas	0	0	0	98,8
	Ambas	1	1,1	1,2	100,0
Frutas	Consumo	84	95,5	95,5	95,5
	Vendas	2	2,3	2,3	97,7
	Ambas	2	2,3	2,3	100,0

**Tabela 09- Produção da Propriedade e sua destinação (conclusão).**

Verduras	Consumo	84	95,5	95,5	95,5
	Vendas	2	2,3	2,3	97,7
	Ambas	2	2,3	2,3	100,0

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Questionados sobre qual era o destino da produção, 47,7% dos entrevistados disseram comercializar a produção em cooperativas e 46,6 % deles responderam que o destino da produção é a agroindústria, como cerealistas, por exemplo, somente 5,7% dos agricultores comercializam a sua produção em feiras. Porém, os produtos comercializados se restringem basicamente ao milho e a soja.

O milho é o principal produto comercializado pelos agricultores entrevistado. Em 77,3% das propriedades ele é produzido tanto para o consumo como para comercialização Logo em seguida aparece o cultivo de soja, representando 12,5%. Esse dado corrobora com o que Oliveira *et al.* (2011) descreve como característica produtiva do sudoeste do Paraná. Os autores citam que apesar da predominância da agricultura familiar e da grande diversidade de possíveis atividades, a região se rendeu, em parte, à produção de *commodities* agrícolas, principalmente o milho e a soja, mesmo em propriedades com menor nível tecnológico. Ressalta-se que esse dado não significa, necessariamente, que estes agricultores modernizaram suas propriedades, nestes casos, eles lançam mão de estratégias como contratação de mão de obra de agricultores que possuem equipamentos para realizar plantio e colheita do milho e soja principalmente, o que consideram ser vantajoso em termos de renda, apesar das despesas com esse custeio.

De acordo com Bazotti *et al.* (2007) algumas famílias direcionam sua produção, especificamente, para o mercado, como no caso da soja e do milho. Entretanto, muitas vezes, essa produção é incompatível com as áreas detidas pelos agricultores. Isso ocorre quando alguns produtos possuem preços mais valorizados pelo mercado. Neste caso, de acordo com os autores, esse cultivo acontece na propriedade mesmo sendo técnica e economicamente inviável.

Os dados mostram que as propriedades investigadas apresentam certo nível de diversificação produtiva, porém ela é voltada principalmente para o autoconsumo, atendendo as necessidades básicas das famílias. Na maioria dos casos, percebe-se que não há valorização do que é produzido na propriedade, ou esta produção não é vista pelos agricultores familiares como potencial fonte de renda. Isso se justifica, de certo modo, pela falta de orientação ou de acesso a canais de comercialização adequados para escoar o que é produzido na propriedade. De acordo com Perondi (2007), quanto maior a diversidade produtiva e de renda da

propriedade, mais sustentável ela se torna. Além disso, quanto mais diversificada é a propriedade, maiores são as chances e as oportunidades desses agricultores.

Já em relação à produção animal, destaca-se a produção leiteira como uma importante fonte de renda destas famílias conforme tabela 10.

**Tabela 10 - Produção de origem animal.**

Produto	Finalidade	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Gado	Consumo	83	94,3	94,3	94,3
	Vendas	0	0	0	94,3
	Ambas	5	5,7	5,7	100,0
Suíno	Consumo	82	93,2	93,2	93,2
	Vendas	0	0	0	93,2
	Ambas	6	6,8	6,8	100,0
Aves	Consumo	85	96,6	96,6	96,6
	Vendas	0	0	0	96,6
	Ambas	3	3,4	3,4	100,0
Caprinos	Consumo	3	3,4	3,4	100,0
	Vendas	0	0	0	100,0
	Ambas	0	0	0	100,0
Peixes	Consumo	2	2,3	2,3	100,0
	Vendas	0	0	0	100,0
	Ambas	0	0	0	100,0
Leite	Consumo	55	62,5	62,5	62,5
	Vendas	0	0	0	62,5
	Ambas	33	37,5	37,5	100,0

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Em todas as propriedades pesquisadas é desenvolvida a bovinocultura de leite, sendo que 62,5% produzem para consumo e 37,5% comercializam a produção. Esse dado mostra a importância da atividade leiteira na mesorregião sudoeste do Paraná, mesmo entre os agricultores mais descapitalizados, seja para consumo próprio ou comercialização. Essa atividade possibilita que agricultores com propriedades com áreas reduzidas, consigam se inserir no mercado, proporcionando uma alternativa de renda mensal, o que é difícil no meio rural, visto a sazonalidade dos produtos agrícolas. Esse dado reforça o que é destacado por Kischener (2015), que trata a produção leiteira como uma alternativa de renda bastante viável para os agricultores familiares mais pobres e com menores áreas produtivas.

De acordo com Kiyota *et.al* (2012), o cenário para a produção leiteira é muito favorável no sudoeste do Paraná, pois, aliado a força de trabalho familiar, existe um condição climática propícia, que permite a integração entre a lavoura e a pecuária, bem como a oferta

de pastagens de boa qualidade, tornando a região competitiva em relação as demais que possuem custos de produção maior devido a localização e a sazonalidade da produção.

Além disso, o Sudoeste é uma região com forte presença de agricultura familiar e, levando em consideração o fato desta categoria ser responsável por 58% do total de leite produzido no Brasil, mesmo ocupando apenas 24% do total de área de estabelecimentos agropecuários. Isso mostra que existe uma facilidade de conversão do leite produzido para o consumo para o leite comercializado, pois é realizada com conhecimentos e recursos já adquiridos anteriormente, e utilizando a força de trabalho familiar (COLETTI, 2013).

A atividade leiteira tem presença significativa na mesorregião, seja voltada para o autoconsumo ou a comercialização e pode ser uma estratégia de renda para os agricultores familiares, merecendo estímulo, através de incentivos e políticas que fomentem essa atividade. Destaca-se que a maior renda identificada entre os entrevistados é oriunda da atividade leiteira, em uma propriedade mais modernizada, com estrutura de pastagens, galpões, ordenhadeiras e refrigeradores.

#### **4.4 Origens da Propriedade**

Neste tópico, buscou-se resgatar a história tanto da propriedade como da família. O objetivo é entender como a propriedade foi constituída, as modificações que ocorreram ao longo do tempo e quais os motivos que levaram os entrevistados a permanecer na atividade agrícola até o presente momento.

Para tanto, os entrevistados foram questionados sobre o tempo de residência na propriedade, 83,9% deles residem a mais de trinta anos, 14,9% entre 20 e 30 anos e apenas 1,1% reside a menos de vinte anos na atual propriedade. A maioria dos entrevistados, representando 77,3 % da população entrevistada, herdaram a propriedade de pais ou avós e 22,7% deles adquiriram a propriedade de terceiros. Esse dado mostra a presença forte da sucessão familiar na região.

Em relação à origem da família, os agricultores foram indagados de onde vieram os pais ou avós e quais eram as motivações que os fizeram mudar para a mesorregião sudoeste do Paraná. A maioria das respostas apontou que as famílias vieram dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No que se refere às motivações para a vinda da família, as respostas foram bastante diversificadas, prevalecendo em 37,5% dos casos, ficar próximo a familiares que já residiam aqui. Na sequência, 17% responderam que a região oferecia terras mais baratas e de fácil aquisição, 14,8% referiram a falta de terras para cultivo na região de origem, 13,6% citaram as questões econômicas, como motivadoras da mudança, 12,5% a

expectativa por novas oportunidades, 3,4% dos entrevistados citaram ter “sido expulsos”, ou seja, não tinham mais oportunidades nem espaço de trabalho para a família e 1,1% referiu questões pessoais como motivação para mudança.

Esses resultados relacionam-se com o que Savoldi e Cunha (2010) citam que a mesorregião sudoeste do Paraná teve suas terras ocupadas por imigrantes alemães e italianos vindos tanto do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina. Esses colonos, descapitalizados fixaram moradia e passaram a produzir para a subsistência, resistindo à Modernização Agrícola, ajudando a fortalecer a agricultura familiar na mesorregião.

Ressalta-se que todos os entrevistados descreveram que, junto com a mudança, as famílias traziam expectativas positivas, pois viam a região como um espaço de terras férteis e produtivas. “Quando a família veio pra cá era tudo mato, meu pai abriu estrada pra passar com as coisas, vieram só com algumas roupas e ferramentas. Trouxeram três filhos pequenos. O irmão do meu pai já tinha vindo e achado lugar bom pra morar” (*Entrevistado 34, 52 anos*).

De acordo com Corona (2003), o sudoeste acolheu uma boa parcela da população que estava fora do projeto desenvolvimentista, devido a sua grande extensão de mata densa e terras livres. A região era uma alternativa para os “excluídos” porque a mata, ainda “livre”, fornecia as condições de sobrevivência, tanto pelo acesso a caça, pesca e coleta de frutos como pelas possibilidades de desenvolver as práticas agrícolas de subsistência.

Resgatando a constituição da família, foi questionado sobre a existência de irmãos. Todos os entrevistados possuem irmãos, como descrito na tabela 11.

**Tabela 11 - Número de Irmãos**

Quantos Irmãos	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
1 irmão	7	8,0	8,0
2 irmãos	42	47,7	55,7
3 irmãos	26	29,5	85,2
4 irmãos	8	9,1	94,3
5 irmãos	4	4,5	98,9
6 irmãos	1	1,1	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Ainda sobre os irmãos, os entrevistados foram inqueridos sobre onde eles residem atualmente, 75% disseram que os irmãos permaneceram no campo e atuam na atividade agrícola, 18,2% disseram que os irmãos vivem hoje na área urbana e 6,8% possuem irmãos residindo tanto no campo quanto na cidade.

Outro dado investigado refere-se a como foi adquirida a atual propriedade, 77,3% dos entrevistados referiram que a propriedade foi herança e 22,7% disseram ter comprado.

Em relação aos agricultores familiares que responderam ter herdado a propriedade, investigou-se como se deu a distribuição das terras entre os demais membros da família, visto que todos os entrevistados possuíam irmãos. Em 79,4% dos casos, os entrevistados citaram ter ocorrido uma distribuição igualitária entre os irmãos, sendo que cada um deles ficou com uma parte da propriedade, 19,1% disseram ter adquirido a parte que seria destinada a irmãos que não tinham interesse na terra, e apenas 1,1% que corresponde a 01 entrevistado, disse ter ficado com a propriedade dos pais por ter sido escolhido cuidador dos pais na velhice e, portanto, seus irmãos “abriram mão” da herança.

Outro item questionado foi relativo à variação no tamanho da propriedade ao longo do tempo, sendo que 78,4% dos entrevistados responderam que a propriedade permaneceu igual, 12,5% disseram ter diminuído de tamanho, e 9,1% responderam que a propriedade aumentou após ter herdado.

Entre entrevistados que disseram que a propriedade diminuiu, 47,6% citaram como motivo a venda de parte da propriedade por diversas razões, como dificuldades financeiras, questões de saúde, para ter recursos para ajudar os filhos, entre outros. Já 34,2% disseram ter cedido terras para os filhos trabalharem e 18,2% dos entrevistados disseram que o motivo da diminuição foi divisão de terras com os seus irmãos.

Investigou-se também se ao longo do tempo os entrevistados haviam conseguido implantar melhorias nestas propriedades. Todos disseram ter implantado melhorias no decorrer dos anos, destacando, principalmente, o acesso a equipamentos e ter conseguido aumentar produção.

Além dessas melhorias, 90,9% disseram ter diversificado a produção em relação à época que os pais viviam na propriedade e 9,1% responderam não haver alteração no que era produzido anteriormente do que produzem hoje em dia.

Ainda buscando resgatar o passado da propriedade junto aos entrevistados, foi questionado se os mesmos consideram que a propriedade, atualmente, está melhor ou pior em relação à época em que seus pais viviam ali. Os entrevistados que perceberam mudanças em todos os aspectos da propriedade representaram 84,1%, já 15,9% disseram perceber algumas melhorias em relação ao passado.

Entre os aspectos que melhoraram, na percepção dos agricultores, estão às questões de infraestrutura e de trabalho, principalmente entre os entrevistados com maior idade e que vivenciaram mais intensamente essas mudanças: “Os mais novos não sabem o que é trabalhar no pesado, a gente ia cedo pra roça e trabalhava como um animal, parava pra almoçar e ia de



novo pra roça, a mulher levava as crianças, eles ficavam lá brincando na sombra, e a gente na luta” (*entrevistado 17, 69 anos*).

Entre os que relataram poucas melhorias com relação ao passado, as principais diferenças citadas são associadas a aspectos climáticos e ao tipo de produção.

Na sequência, os agricultores foram questionados sobre o que era produzido pela família nos anos de 1960 e 1970, quando a propriedade era administrada pelos seus familiares, e qual era a destinação dada à produção. Em relação a isso, 77,3% responderam que vendiam o que era produzido e 21,6% disseram que somente parte da produção era comercializada, apenas 1,1% dos entrevistados respondeu não comercializar nada do que era produzido.

Outro tema investigado sobre esse período foi o acesso ao crédito agrícola. 89,9% dos entrevistados relataram não recordar da família acessar crédito, 4,5% disseram ter acessado algum tipo de crédito e 5,7% dos entrevistados não souberam responder.

A escassez de crédito citada pelos agricultores entrevistados vem de encontro com o que Hespanhol (2008) descreve ao tratar da seletividade dada a destinação do crédito agrícola neste período. Mesmo sendo o principal instrumento utilizado para promover a Modernização Agrícola, o acesso era restrito aos médios e grandes produtores, que possuíam condições de oferecer garantias para esses empréstimos.

Aos pequenos produtores, que não possuíam recursos suficientes para acessar crédito, restava buscar alternativas para produzir, manter a propriedade e a família, conforme descreve um dos entrevistados “Na época do meu pai não tinha crédito, a gente plantava como dava, com as nossas sementes mesmo, era selecionado o que tinha de melhor e guardava pra plantar, ou trocava com os vizinhos, quando não produzia bem” (*entrevistado 32, 58 anos*).

Essa escassez de crédito das propriedades menores acabava refletindo na falta de acesso às máquinas agrícolas, visto que 80,7% dos entrevistados disseram não haver na propriedade nenhum tipo de máquinas ou equipamentos. Já 19,3% disseram ter algum tipo de maquinário, mesmo que rudimentar, como, por exemplo, trilhadeira, engenho de cana de açúcar, rodas d’água para pilão, que era utilizado para processamento de erva mate, descasque de arroz, triturar milho, entre outros.

Outro ponto investigado refere-se às propostas de comercialização da propriedade. Os entrevistados foram questionados se haviam recebido algum tipo de oferta pela propriedade em que vivem, sendo que, 73,3% deles responderam não ter recebido propostas para venda. Os que disseram ter recebido, em algum momento, oferta de venda representam 26,1% dos

entrevistados. Em relação aos motivos que impediram a venda, os mais citados foram: não ter interesse em ir embora, algum familiar não concordar com a venda, não achar viável a proposta ou ainda por não pretender se “desfazer” da propriedade.

Ao falar da origem da propriedade em que vivem, os agricultores familiares entrevistados, nos seus discursos, resgatam a história da própria família, ou seja, o local onde vivem possui forte significado para os agricultores familiares. Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que, apesar dos relatos das dificuldades encontradas, seja pelas privações financeiras que passaram ou pelo trabalho árduo que foi necessário para formar a propriedade e preparar a terra, tanto pelos pais como pelos próprios entrevistados na chegada da família na mesorregião sudoeste, esses agricultores mostram-se orgulhosos do trabalho da família e do que foi construído, apesar do pouco recurso que dispunham.

#### 4.5 Perspectivas para a Família e Propriedade

No que diz respeito ao futuro da propriedade, os entrevistados foram questionados sobre o que eles imaginam que irá acontecer com ela ao longo do tempo. Em 93,2% dos casos, os agricultores acreditam que os filhos irão dar continuidade ao trabalho deles na agricultura, 4,5% disseram que pretendem arrendar as terras e 2,3% dos entrevistados imaginam outro destino para o futuro da propriedade.

A maioria dos entrevistados acredita que os filhos darão continuidade ao trabalho na propriedade. Eles foram questionados sobre quais seriam os fatores que acreditavam que pudesse influenciar os filhos mais jovens a permanecer no campo. As respostas foram variadas, predominando os agentes de proximidade da família e do fato dos jovens gostarem do trabalho na agricultura, bem como a perspectiva de suceder os pais na administração da propriedade. Além destes, outros motivos foram apontados, conforme tabela 12.

**Tabela 12- Percepção dos entrevistados sobre a permanência dos mais jovens no campo**

<b>Fatores que influenciam o jovem a permanecer no campo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Porcentagem cumulativa</b>
Gostar do trabalho na agricultura	28	31,8	31,8
Ficar próxima à família	31	35,2	67,0
Ser sucessor dos pais	12	13,6	80,7
Dificuldade de trabalho na cidade	8	9,1	89,8
Lugar mais tranquilo	5	5,7	95,5
Horário menos rígido	4	4,5	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Considerando que, de acordo com os dados acima, 93,2% dos entrevistados possuem

filhos, foi questionado como imaginam o futuro deles. 53,4% espera que os filhos deem continuidade ao trabalho na propriedade, 39,8% dos entrevistados esperam que eles estudem e, posteriormente, retornem a propriedade e 6,8% desejam que os filhos estudem e busquem outra profissão.

Os entrevistados acreditam que os filhos estão tendo mais oportunidades do que eles ou seus pais tiveram, conforme se observa no discurso da entrevistada nº 25, 46 anos: “Quero que os meus filhos estudem, se formem, a vida pra eles vai ser mais fácil do que a nossa, a gente teve que começar sem nada, eles já vão ter mais oportunidades”.

Essa percepção é unânime entre os entrevistados. Eles acreditam que os seus filhos têm melhores oportunidades de estudo e condições de trabalho. Além disso, eles citam que os jovens percebem as vantagens da vida no campo em relação à vida na cidade, como autonomia, tranquilidade e acesso a escola, transporte, internet, telefone, etc. “*Hoje já tem tudo aqui, internet, telefone, tem posto de saúde e o ônibus que leva pra escola na cidade, não tem porque ir embora*” (Entrevistado 62, 43 anos).

Outro fator que merece destaque refere-se ao modo como os pais e filhos estão integrados em relação às decisões sobre a propriedade. Entre os entrevistados, 89,8% disseram que os filhos participam das decisões da família em relação à propriedade, 5,7% disseram que eles participam em algumas decisões e apenas 4,5% disseram não haver participação dos filhos. Chama a atenção que, mesmo em propriedades onde os filhos já não moram mais com os pais, existe o relato da participação deles nas decisões em relação à propriedade.

Nas propriedades onde os filhos já não moram mais com os pais e vivem no meio urbano, questionou-se quais foram os motivos que os levaram a deixar a agricultura. Em 54,5% apontou-se a questão salarial, 16,7% citaram oportunidades melhores no meio urbano, 12,5% dos entrevistados relataram que os filhos não tinham interesse na vida rural. Além disso, 8,3% responderam que os filhos deixaram o campo por falta de trabalho, e 8,3% para estudar.

Outro aspecto investigado no presente estudo foi referente às possíveis dificuldades ou problemas percebidos pelos entrevistados na comunidade em que vivem. As respostas estão descritas na tabela 13.

**Tabela 13- Dificuldades na Comunidade**

Principal problema na comunidade	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Não tem problemas	76	86,4	86,4
Falta de água	11	12,5	98,9
Acesso à propriedade	1	1,1	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Neste aspecto, dificuldades ou problemas que encontram na comunidade, foram apontados problemas locais, como falta de água ou dificuldade de acesso devido à precariedade das vias rurais.

Quando questionados sobre o que os entrevistados consideram ser ponto negativo da vida no campo, num primeiro momento, relatavam não haver nada negativo. Porém, durante a entrevista, surgiram alguns aspectos, principalmente ligados à infraestrutura, distância da propriedade em relação ao meio urbano e a desvalorização do trabalho da agricultura. Essas dificuldades demonstram a falta de políticas destinadas ao desenvolvimento das áreas rurais como um todo.

Apesar desses apontamentos, a maioria das famílias investigadas reporta não pretender deixar o campo nem a atividade agrícola, 67% delas sentem-se satisfeitas com a vida e o trabalho na agricultura, 20,5% sentem-se muito satisfeitas e apenas 11% das famílias entrevistadas apontam insatisfação com a vida no campo e com a atividade agrícola, conforme observa-se na tabela 14.

**Tabela 14- Satisfação com agricultura**

Satisfação com a atividade agrícola	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Muito satisfeito	18	20,5	20,5
Satisfeito	59	67,0	87,5
Insatisfeito	10	11,4	98,9
Não sabe/Não respondeu	1	1,1	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Os dados descritos acima correspondem ao que descrevem Mendes e Assunção (2014) que, apesar de enfrentar diversas dificuldades, os pequenos produtores permanecem em suas terras porque sabem que a migração para a cidade pode trazer dificuldades ainda maiores, principalmente pelo fato de não serem alfabetizados e não terem como conseguir um emprego para sustentar a família, bem como, existir uma forte identificação com o meio rural.

Além disso, quando questionados a respeito do grau de satisfação com o meio rural, 69,3% desses agricultores mostraram-se muito satisfeitos e 30,7 % satisfeitos. Nenhum agricultor apontou insatisfação com o meio rural, fator este que pode ser explicado pela

identificação dessas famílias com a vida no campo e com o trabalho rural, desempenhado ao longo da vida. Vale salientar que nenhum dos entrevistados teve outras experiências de moradia ou trabalho somente fora do campo, bem como declararam não ter intenção de mudar para cidade ou deixar de exercer a atividade rural em algum momento futuro. “Não consigo nem pensar em morar na cidade, passo mal só de ficar um dia lá quando só vou quando chega o dia de receber meu aposento ou tenho que ir ao médico” (*entrevistado n° 57, 66 anos*).

Já a entrevistada n° 32, 33 anos, também refere não querer deixar a vida no campo, “*Não troco a vida aqui por nada, não tenho nenhuma vontade de morar na cidade, aqui eu trabalho, volto pra minha casa, tenho sossego e vivemos muito bem*”.

Percebe-se que os entrevistados identificam-se tanto com a vida no campo como com o trabalho que desempenham na propriedade e visualizam melhores oportunidades para os filhos. Além disso, possuem expectativa de que eles os sucedam na agricultura futuramente.

#### **4.6 Inserção Social e Acesso a Políticas Públicas**

Neste item serão discutidos alguns aspectos relacionados à percepção dos entrevistados sobre a inserção social de suas famílias, qual sua opinião sobre a vida no campo, bem como investigar o conhecimento que possuem sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Os agricultores foram questionados sobre quais seriam os aspectos que eles mais valorizam na vida no campo. O principal fator apontado, aparecendo em 31,8% das respostas, foi relacionado ao trabalho e a importância de produzir alimentos, Na sequência, 29,5% dos entrevistados citaram valorizar a vizinhança e a comunidade em que vivem, 20,5% citaram a tranquilidade encontrada no campo, 12,5% dos entrevistados responderam valorizar os animais e as plantas e 5,7% dos entrevistados descreveram a paisagem como o que mais valorizam na agricultura.

A valorização da vizinhança aparece na fala do entrevistado n°12, 43 anos, que se refere aos vizinhos como sendo “o familiar mais próximo quando precisa de ajuda”. Essa relação de vizinhança é bastante valorizada pelos agricultores, podendo ser entendido pela necessidade de trocas sociais, visto que tanto o trabalho como as demais atividades são desenvolvidas entre os entes familiares e interações sociais são restritas no seu cotidiano.

Perguntou-se, ainda, a respeito de quais eram os pontos positivos de viver na propriedade. Nesta questão surgiram várias respostas, destacando-se, entre elas, a

tranquilidade da vida no campo, a sensação de segurança e as amizades que possuíam na comunidade.

A participação e integração comunitária foi outro ponto investigado na pesquisa e identificou-se que 89,8% dos agricultores participam de algum tipo de atividade comunitária, principalmente, aquelas vinculadas à igreja católica. Os agricultores participam das atividades religiosas e de integração social que são promovidas por esses grupos, como por exemplo, as festas comunitárias, clubes de mães e atividades de lazer, que são liderados por alguns dos entrevistados. Esses dados mostram que, apesar das mudanças culturais que vem ocorrendo ao longo dos anos na sociedade, a agricultura familiar ainda cultiva apego a práticas religiosas de maneira intensa, sendo que as atividades coletivas ligadas à religiosidade no grupo investigado são uma das principais formas de organização comunitária.

Em relação ao lazer, 62,5% disseram participar de algum tipo de atividade de lazer e 37,5 % disseram não realizar nenhuma atividade que possa ser considerada lazer. Entre os que citaram ter algum tipo de lazer, os mais citados foram: assistir televisão, futebol, festas da comunidade, encontro de idosos, atividades em clubes de mães, jardinagem e encontro com os amigos.

Os entrevistados foram questionados se recebiam algum tipo de assistência técnica, e a maioria dos entrevistados, 70,5%, relatou receber assessoria e 29,5% respondeu não ter nenhum tipo de assessoria, conforme tabela 15.

**Tabela 15- Assistência Técnica**

Recebe Assessoria Técnica	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Sim	62	70,5	70,5
Não	26	29,5	100,0
Total	88	100,0	

**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Em relação a este dado, salienta-se que, mesmo os entrevistados que disseram não ter assessoria técnica, são acompanhados pelas equipes técnicas dos municípios e, principalmente, da Emater, visto que estes órgãos organizam toda a documentação necessária para inclusão dos beneficiários no PNHR, bem como auxiliam esses agricultores de maneira geral na propriedade. Os produtores acessam o PNHR justamente pelo trabalho destas equipes que trabalham de modo articulado com diversas entidades públicas ligadas a agricultura familiar.

Entre os que responderam receber assessoria técnica, 70,5% indicaram que recebem

assistência dos técnicos da prefeitura municipal, 28,4% da Emater e 1,1% citou receber auxílio técnico de cooperativa.

De acordo com Silva (2013), a baixa escolaridade da categoria é um fator que revela a importância do trabalho da extensão rural para a agricultura familiar, ela desempenha um papel fundamental na introdução de tecnologias e, até mesmo, conhecimentos básicos para o agricultor familiar.

Ainda de acordo com o autor, o trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no campo, deve ser entendido como um processo de troca de saberes entre o técnico e o produtor familiar, partindo da premissa de que o conhecimento não é unilateral, sendo fundamental o diálogo entre técnico e agricultor. O técnico deve ocupar o papel de facilitador, ajudando a encontrar soluções que visem a cidadania e qualidade de vida dos agricultores familiares.

A ATER é bastante valorizada pelos entrevistados, porém, alguns deles apresentam resistência às mudanças na rotina da propriedade, conforme se percebe no discurso de um dos entrevistados, que trabalha na atividade de produção de leite. Ele cita que recebe assistência da agrônoma do município na propriedade, mas que é exigido muito deles, que não tem condições de realizar as melhorias que a prefeitura quer: “Eles falam que a gente precisa investir pra continuar com o leite, mas sempre tivemos vaca de leite e fizemos do nosso jeito. Não sobra pra investir mais”(entrevistado n°5, 57 anos).

A resistência da parte dos agricultores familiares, principalmente, os mais velhos, em adotar novas tecnologias de trabalho sugeridas pelos técnicos que os assistem é uma das dificuldades da extensão rural. Além disso, a extensão rural possui equipe e estrutura limitada, o que dificulta o atendimento integral das famílias.

Apesar disso, grande parte dos agricultores está integrada às atividades desenvolvidas por esses órgãos, 72,5% dos entrevistados disseram ter participado de dois ou mais cursos de qualificação no último ano e 27,3% disseram ter participado de pelo menos uma atividade no período. Ressalta-se, aqui, que a participação dos agricultores familiares atendidos pelo PNHR em cursos e atividades de qualificação profissional é uma das contrapartidas exigidas pelo programa, visando à inserção social e produtiva desses beneficiários.

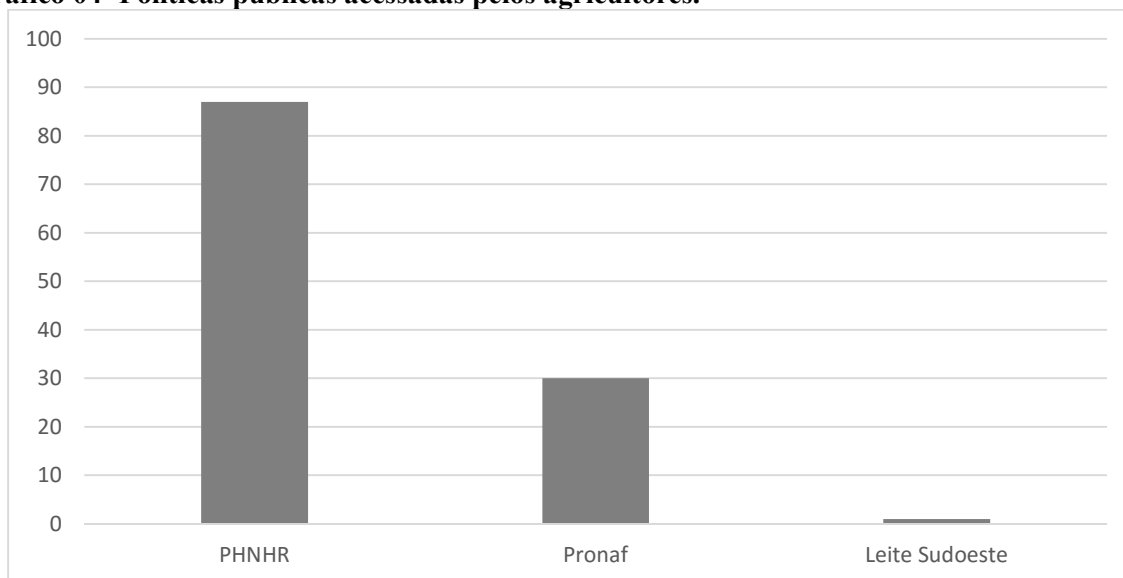
Contudo, de acordo com Landini (2015), ainda são falhas as políticas públicas e as iniciativas institucionais permanentes de apoio ao desenvolvimento rural. No Brasil, as estratégias utilizadas apresentam uma série de limitações, particularmente na integração no contexto econômico, que segue excluindo os mais pobres.

Salienta-se que, dentre os entrevistados, alguns possuem dificuldades de entendimento em relação ao que foi questionado, necessitando de reforço por parte da pesquisadora e retomada de questões ao longo da entrevista.

Ainda nesta temática da extensão rural e inserção do agricultor, os entrevistados foram questionados sobre quais políticas públicas eles tinham acesso. Num primeiro momento, a maioria deles referiu não acessar elas, porém, quando citadas as principais políticas de agricultura familiar, eles identificaram o PNHR, o Pronaf e o Programa Leite Sudoeste. Ainda assim, alguns entrevistados responderam não acessar nenhuma política.

As principais políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares atendidos pelo PNHR na mesorregião sudoeste do Paraná estão descritas no gráfico 04.

**Gráfico 04- Políticas públicas acessadas pelos agricultores.**



**FONTE: Resultados da pesquisa.**

Além do PNHR, ainda é pequena a participação dos entrevistados em outras políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, como o Pronaf. Isso pode ser explicado pelo público alvo do programa ser justamente aquele que está à margem das demais políticas.

Apesar de o Pronaf ser, provavelmente, a política agrícola de maior envergadura em termos de recursos financeiros disponibilizados e número de agricultores familiares atendidos, o programa, de certo modo, possui semelhanças e reproduções de características do crédito rural brasileiro do período da modernização da agricultura, que privilegiou os grandes e médios produtores, especialmente, localizados no Centro-Sul do País. Além disso, o programa ainda valoriza a produção destinada à exportação, principalmente de *commodities*, bem como favorece agricultores familiares mais capitalizados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste



(GRIZA *et.al*, 2014).

Esses agricultores precisam ser incluídos produtiva e socialmente e o Estado tem um papel a cumprir mediante conjunto de políticas públicas dirigidas a essa população historicamente excluída (GAZOLLA *et. al*. 2017).

Entretanto, de acordo com Cazella *et.al* (2016), uma parcela importante da população rural continua distante dos processos mais tradicionais de apoio oferecidos pelo Estado. Essa situação pode ocorrer por diversos fatores, como falta de conhecimento da oferta pública, discriminação, estigmatização social, falta de serviços públicos, mas também pode ser motivado pela falta de interesse de possíveis beneficiários.

Este estudo demonstrou que, apesar dos avanços alcançados pela agricultura familiar ao longo do tempo, as principais políticas públicas para esse segmento, ainda são acessadas, prioritariamente por agricultores familiares que estão, de certa maneira, mais integrados, organizados associativamente, ou ainda por aqueles que possuem maior capacidade de gestão das suas propriedades, visto o exemplo do PRONAF, que é a principal política voltada para esse segmento. Em contraponto a esta realidade, o PNHR, busca incluir, prioritariamente, aqueles agricultores familiares que possuem maior dificuldade de articulação e que se encontram à margem dessas políticas, permanecendo atrasados em termos de desenvolvimento.

O intuito do PNHR, além do acesso a moradia digna para a população que vive no campo, é promover o resgate da autoestima dos agricultores familiares, reforçando o vínculo com a atividade agrícola e o estímulo a permanência no campo. Para isso, ele está articulado com diversas outras instituições, como EMATER, SEAB, prefeituras municipais, entre outros.

A moradia rural pode não interferir na produção agrícola, porém, amplia a qualidade de vida e é mais uma estratégia de inclusão dos agricultores nos processos econômicos políticos e sociais.

Nas figuras abaixo, estão disponíveis exemplos da condição em que residiam algumas das famílias que foram atendidas pelo PNHR na mesorregião sudoeste do Paraná.

**Figura 04- Antes e depois das casas construídas pelo PNHR**



**FONTE: Cohapar (2019).**

**Figura 05- Antes e depois das casas construídas pelo PNHR**



**FONTE: Cohapar (2019).**

**Figura 06- Antes e depois das casas construídas pelo PNHR**



**FONTE: Cohapar (2019).**

**Figura 07- Antes e depois das casas construídas pelo PNHR**



**FONTE: Cohapar (2019).**

**Figura 08- Casas construídas pelo PNHR**



**FONTE: Cohapar (2019).**

Este estudo demonstrou que apesar dos avanços alcançados pela agricultura familiar ao longo do tempo, as principais políticas públicas para esse segmento, ainda são acessadas prioritariamente por agricultores familiares que estão de certa maneira mais integrados, organizados associativamente, ou ainda por aqueles que possuem maior capacidade de gestão das suas propriedades, visto o exemplo do PRONAF, que é a principal política voltada para esse segmento. Em contraponto a esta realidade, o PNHR, busca incluir prioritariamente aqueles agricultores familiares que possuem maior dificuldade de articulação e que se encontram a margem dessas políticas, permanecem atrasados em termos de desenvolvimento.

O intuito do PNHR além do acesso a moradia digna para a população que vive no campo, é promover o resgate da autoestima dos agricultores familiares, reforçando o vínculo com a atividade agrícola e o estímulo a permanência no campo. Para isso ele está articulado com diversas outras instituições, como EMATER, SEAB, prefeituras municipais, entre outros.

A moradia rural pode não interferir na produção agrícola, porém, amplia a qualidade de vida e é mais uma estratégia de inclusão dos agricultores nos processos econômicos políticos e sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar como os agricultores familiares da mesorregião sudoeste do Paraná, mais especificamente, aqueles inseridos no Programa Nacional de Habitação Rural, permaneceram na atividade agrícola a partir do processo de Modernização Agrícola, ocorrida no Brasil após 1960.

Os resultados foram obtidos através de entrevistas com 88 famílias, em que investigou-se quais foram as estratégias utilizadas por elas para resistir na agricultura familiar após o processo de modernização agrícola, que teve como consequência o aumento da produtividade, mas trouxe também aspectos negativos, como a desigualdade social, pobreza e exclusão social dos pequenos agricultores.

O estudo demonstrou que os agricultores familiares em questão possuem condições insuficientes para sair da situação de pobreza em que se encontram. As propriedades não possuem instrumental tecnológico suficiente para competir com agricultores familiares mais modernizados, tendo, deste modo, propriedades com menor produtividade, na maioria das vezes, subutilizadas e que não apresentam diversificação produtiva, o que poderia representar para esses pequenos agricultores um diferencial competitivo.

Salienta-se, porém, que este estudo teve como enfoque uma população específica dentro da agricultura familiar, composta por agricultores atendidos pelo PNHR, ou seja, produtores menos capitalizados e que encontram dificuldades de inserção produtiva e social e que dependem, na sua maioria, da renda oriunda da propriedade.

Conclui-se também que esses agricultores sobrevivem no campo, superando as dificuldades oriundas da modernização agrícola, usando o conhecimento e experiência que adquiriram ao longo do tempo. Apesar das agruras, os agricultores familiares que permanecem no campo, são resilientes e demonstram forte vínculo com o meio rural e, principalmente, com a propriedade em que vivem. Essa identificação com propriedade e a atividade agrícola são alguns dos motivos que os fazem permanecer no campo, resistindo e buscando sobreviver e manter a família.

Além disso, percebeu-se a importância da assistência técnica desenvolvida tanto pelos municípios como pela Emater e demais entidades governamentais. A preocupação está na qualidade de vida dessas famílias que residem no campo, buscando novas perspectivas e, possibilitando resgate da autoestima e do bem estar em viver no campo.

O meio rural apresenta demandas urgentes, principalmente, em relação aos pequenos agricultores. Os resultados obtidos neste estudo mostram a necessidade de políticas mais

estruturantes e sustentáveis, construídas em conjunto entre agricultores familiares, principalmente, os mais marginalizados, dando-lhes novas oportunidades e alternativas de permanência na agricultura de maneira digna.

Como agenda para pesquisas futuras propõe-se a expansão deste estudo para as demais mesorregiões do estado do Paraná e, considerando a importância desse segmento na economia, cultura e história da mesorregião sudoeste do Paraná, sugere-se o estudo mais aprofundado de demandas que surgiram ao longo desta pesquisa, mas não foram estudadas de maneira específica, como por exemplo, a transgeracionalidade na agricultura familiar e o papel da mulher na gestão da propriedade.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, N. G. SANTOS, R. F. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. Anais do Congresso da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural. Recife. 2001.

ALVES C.T, TEDESCO, J.C. a revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande de Sul, Revista Teoria e Evidencia Econômica, vol. 21 n.45, jul/dez. 2015.

ANDRADES T. O. GANIMI, R.N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. Revista CES, Vol. 21 Juiz de Fora, 2007.

AQUINO, J.R; SCHNEIDER, S. O pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Org. Grisa, C; Schneider. S. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2015.

ATIYEL, C. Análise da atuação dos atores no desenvolvimento do programa nacional de habitação rural no município de Cachoeira do Sul/RS. Dissertação, UFSM, Santa Maria, RS.2016. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Carima\\_Atiyel.pdf](http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Carima_Atiyel.pdf). Acesso em 02/08/2019.

BATTISTI, E. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. Revista de Geografia Agrária, vol.1 n. 2, ago. 2006.

BORBA, V.U; CARVALHO, A.M.G; SANTANA, R.C.G. A agricultura familiar e políticas públicas: análise da fase de recuperação de dados do Pronaf no estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/458/271>. Acesso em 21/12/2018.

BRASIL, Portaria Interministerial nº 97/2016. Disponível em [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22559054/dol-2016-03-31-portaria-interministerial-n-97-de-30-de-marco-de-2016-22558945](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22559054/dol-2016-03-31-portaria-interministerial-n-97-de-30-de-marco-de-2016-22558945). Acesso em 01 de agosto de 2019.

BRASIL, LEI 11.326/2006 de 24 de junho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 21 de maio de 2018.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em 12 de junho de 2019.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. Revista Política e Sociedade, v. 15, n. especial, jul. 2016.

COHAPAR, Programa Nacional de Habitação Rural. 2019. Disponível em <http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=294>. Acesso em 05/07/2019.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno. Revista Mundo Agrário, Vol. 16 n° 33, 2015.

DELGADO, N. G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: MDA, UFRRJ. 2009. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2018.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1756/Agricultura%20Familiar\\_WEB\\_LEVE.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf). Acesso em 15 de maio de 2018.

FERREIRA, A. D. D. BRANDENBURG, A., RODRIGUES, A. S., SANTOS, E. B., PINHEIRO, G. e SILVA, O. H. Resistência e empoderamento no mundo rural. Revista Estudos sociais agrícolas, vol. 15, n°1, Rio de Janeiro, 2007.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J.R; SIMONETTI, A.L. Análise das Condições Socioeconômicas e Vulnerabilidades Produtivas dos Agricultores Familiares Pobres do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Vol. 38, n°133. Curitiba, 2017.

GRAZIANO DA SILVA, J. O que é a Questão Agrária. 2ªedi. São Paulo, editora Brasiliense, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da Agricultura Brasileira. São Paulo: Unicamp/IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas) 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52 supl. 1 Brasília, 2014.

GRISA, C.; WESZ, J.J; BUCHEWEITZ, V.C. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de Economia e Sociologia Rural, Vol.52, n°02, Brasília, abr/jun. 2014.

HESPANHOL, N. A. modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2008/MODERNIZA%C7AO%20DA%20AGRICULTURA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL.PDF>. Acesso em 22 jun. 2018.

HEISLER, L. O espaço rural: configurações atuais na microrregião de Pinhalzinho SC. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da

Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Lenoir-Heisler.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2018.

HESPANHOL, R. A. a produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

JUNQUEIRA, C.R; LIMA,J.F. Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar no Brasil. Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v.29, n°2 Jul/Dez. 2008.

KIYOTA, N; PERONDI, M.A; SIMONETTI, D; WAQUIL, P. D; SCHNEIDER, M. H.; TERNOSKI, S. A produção familiar de leite no território sudoeste do Paraná nos anos agrícolas de 2004/05 e 2009/10: o caso do município de Itapejara D'Oeste. IX Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Luziânia, 2012.

LAMARCHE, H.. A agricultura familiar: comparação internacional. I Uma realidade multiforme. Trad. Tijiwa, A.M. N. Campinas, SP. UNICAMP, 1993.

LANDINI, F.B. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e suas relação com suas concepções de extensão rural. Revista Ciência Rural, V. 4 n°2. Fev. 2015.

LANDO, G.A, NASCIMENTO, E.F; MONTE, L. M.I; MACHADO, L. C; QUEIROZ, A.P.F. vida e trabalho do agricultor familiar: intervenções através de direitos e políticas públicas, Revista Campo Jurídico, Vol. 5 N.2, Barreiras, 2017.

MAIA, C.M. Percepções que Permeiam o Conceito de Agricultura Familiar e a Cronologia da Luta pela Sustentabilidade: panorama nacional e internacional. In: DALSOGLIO, F.;KUBO,R.R(Org.)Agricultura e Sustentabilidade. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? In DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2017.

MARTINI, G. a trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Revista de Cultura e Política, n° 23, São Paulo, 1991.

MASSUQUITTI, A. A dinâmica da agricultura francesa: inovação, transformação e identidade social. Revista Economia e Sociologia Rural, Vol. 48 n°2, Brasília abri/jun. 2010.

MATOS, A.K.V. revolução verde e tecnologias alternativas, Cadernos da FUCAMP, vol. 10, n. 12, 2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Revista Econômica do Nordeste, v. 45, n. 2, 2014.

MOLINA, M.C. A educação do campo é muito mais do que uma proposta pedagógica. Revista Nova Escola. Ano XXVII. N° 258, Dez. 2012.

MONDARDO, M.L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região sudoeste paranaense.



Revista Brasileira de Estudos da População, v. 11 n. 1, Belo Horizonte 2011.

MOREIRA, R.J. Críticas ambientais a revolução verde. Revista Sociedade e Agricultura, n. 15, Rio de Janeiro, out. 2000.

NETTO, M.B; SILVA, J.A.F. Por uma Educação do Campo: Percursos históricos e possibilidades. Revista Eletrônica de Cultura e Educação; n. 03. Ano 02. Nov/2011.

NEY, M.G. Educação e desigualdade de renda no meio rural. Tese. Instituto de economia, Unicamp, 2006. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286080/1/Ney\\_MarlonGomes\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286080/1/Ney_MarlonGomes_D.pdf)

OLIVEIRA, M.N; CASSAB, L.A. O serviço social na habitação: O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres a moradia. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Uel, disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/7.MarceloOliveira.pdf>.

OLIVEIRA, J.R; PERONDI, M.A; SIMONETTI, D; VALANDRO, K; KIYOTA, N. sustentabilidade e intensificação produtiva da agricultura familiar: um estudo comparativo entre duas comunidades em Itapejara d'Oeste - Sudoeste do Paraná. Revista Synergismos Scyentífica UTFPR, Vol. 06 n° 1. Pato Branco, 2011.

OLIVEIRA, K.C.S.; PINHEIRO, L. I. Avaliação de políticas públicas: uma perspectiva em dados do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Observatório de la Economía Latino americana, n. 206, 2015.

PACIFICO, D.A. Historia da modernização da agricultura: um conto de muitas facetas, In: DAL SOGLIO, F. KUBO, R.R.(Org) Agricultura e Sustentabilidade, 1° Ed. Editora da URRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad008.pdf>.

PARANA, Educação do campo; cadernos temáticos, Curitiba, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo01.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf). Acesso em 30/07/2019.

PEREIRA, V. V. V. R; BAZOTTI, A. Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento. IPARDES. Curitiba, 2010. Disponível em [http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT\\_16\\_ruralidade\\_agric\\_familiar\\_desenv.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_16_ruralidade_agric_familiar_desenv.pdf). Acesso em 21 de maio de 2018.

PERONDI, M. Repensando a diversificação agrícola. Revista Agriculturas, Vol. 06 n° 03, Out. 2007.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRIORI, A., et al. A modernização do campo e o êxodo rural. Eduem, 2012, disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-10.pdf> acesso em 15/04/2018.

ROVER, O.J. MUNARINI, P. R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. Revista Katalysis, vol. 13 n.2, Florianópolis, 2010.

- SANTOS, R.A. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. Tese - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105021>. Acesso em 12 de maio de 2018.
- SARON, F.A; HESPANHOL, A.N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas públicas de apoio a agricultura familiar. Revista Geo Uerj, VOL. 2N 23, Rio de Janeiro, 2012.
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. Revista Geografar, Curitiba, v.5, n.1, Jan/Jun. 2010.
- SCHNEIDER, S. A. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Revista Sociologias, N.11 Porto Alegre Jan./Jun. 2004.
- SCHNEIDER, S.A Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Revista RURIS, Vol. 4, N. 01, 2010.
- SCHNEIDER, S. FIALHO, M.A.V. pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, Revista Teoria e Evidência Econômica, vol.8, n.15, Passo Fundo, nov. 2000.
- SECRETARIA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>, Brasília 2018.
- SILVA, M.C.G. habitação rural: uma luta por cidadania, Dissertação de mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2014. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/...25072014.../ME\\_CECILIA\\_GRAZIANO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/...25072014.../ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf). Acesso em 24 de maio de 2018.
- SILVA R.P. As especificidades da nova ATER na agricultura familiar. Revista Nera, n° 23, jul/dez 2013.
- SILVA, S.P. FILHO, E.A. Impactos Econômicos do Pronaf em Territórios Rurais: Um Estudo para o Médio Jequitinhonha-MG. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza v.40 n° 03 Jul/Set.2009.
- SINHORINI, J. M. A COAGRO e seu processo de territorialização no sudoeste do Paraná. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96761>
- TEIXEIRA, J.C. modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 2 n. 2, Três Lagoas, Set. 2005.
- TONNEAUT, J.P; AQUINO, J.R; Teixeira, O.A. Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: O Dilema das Políticas Agrícolas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, V.22 n°1 Jan/Abr. 2005.
- WANDERLEY, M.N.B, a valorização da agricultura familiar e reivindicação da ruralidade no Brasil. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 2, Curitiba, 2000.

## **7 ANEXOS**



melhorou muito  melhorou  não mudou  piorou  piorou muito

6. Alguém da família recebe algum tipo assistência governamental?  
 Pensão  Aposentadoria  Bolsa Família  
 Auxílio do INSS  Benefício de Prestação Continuada  
 Outro, qual? \_\_\_\_\_

### PERFIL DA PROPRIEDADE

7. Tamanho da propriedade em hectares: \_\_\_\_\_ ou alqueires: \_\_\_\_\_  
7.1 Considera que sua propriedade é produtiva?  
 muito produtiva  produtiva  pouco produtiva  não é produtiva

8. Quantas pessoas trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_  
8.1 Pessoas da família que trabalham na propriedade: \_\_\_\_\_  
8.2 Pessoas que não são da família que trabalham na propriedade: \_\_\_\_\_

9. Alguém da família trabalha tanto na propriedade quanto fora dela?  
 Não  
 Em outras propriedades rurais  
 Construção civil  
 Serviços urbanos com contrato  
 Serviços urbanos sem contrato  
 No comércio urbano, qual? \_\_\_\_\_  
 Na indústria, qual? \_\_\_\_\_

10. Alguém da família trabalha somente fora da propriedade?  
 Não  
 Em outras propriedades rurais  
 Construção civil  
 Serviços urbanos com contrato  
 Serviços urbanos sem contrato  
 No comércio urbano, qual? \_\_\_\_\_  
 Na indústria, qual? \_\_\_\_\_

11. A propriedade possui:  
 Trator  
 Colheitadeira  
 Motosserra  
 Arado  
 Roçadeira  
 Carro de boi  
 Plantadeira  
 Pulverizador  
 Ensilhadeira  
 Plantadeira

Pulverizador  
 outros \_\_\_\_\_

12. O que é produzido na sua propriedade?

<input type="checkbox"/> Arroz	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Mandioca	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Milho	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Soja	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Batata	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Legumes	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Verduras	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Amendoim	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Café	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Cana-de-açúcar	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Madeira reflorestada	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Batata Doce	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Tabaco	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Frutas, quais? _____	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda
<input type="checkbox"/> Outros, quais? _____	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda

12.1 Para quem é vendida a produção?

venda direta para consumidores em casa ou feiras  
 para cooperativas  
 para poder público (prefeitura etc..)  
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado  
 não vende nada produzido na propriedade  
 outro \_\_\_\_\_

13. Tem criação de algum tipo de animal?

<input type="checkbox"/> Bovinos	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> de corte	<input type="checkbox"/> de leite
<input type="checkbox"/> Suínos	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda	
<input type="checkbox"/> Galinhas	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda	
<input type="checkbox"/> Caprinos/Ovelhas/Cabras	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda	
<input type="checkbox"/> Equinos/Cavalos	<input type="checkbox"/> Transporte	<input type="checkbox"/> Utilização no trabalho	
<input type="checkbox"/> Outros, quais _____	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Venda	

14. Há algum outro tipo de fonte de renda advinda da propriedade?

Não  
 Revenda de produtos de outra natureza, o que? \_\_\_\_\_  
 Fabricação de produtos de outra natureza, quais? \_\_\_\_\_  
 Serviços de mão de obra específica, qual? \_\_\_\_\_  
 Arrendamento da propriedade

15. A propriedade recebe alguma assessoria técnica para melhoria da atividade produtiva?

Sim  Não

15.1 Caso sim, quem presta esse serviço?

Prefeitura  Emater  SEAB  Cooperativa

Sindicatos Outros: \_\_\_\_\_  
15.2 Participou de quantos cursos, palestras/atualizações técnicas no último ano?  
Nenhum  Um  Dois a cinco  Mais de cinco

16. A família acessa alguma política pública para a agricultura?

Sim  Não

16.1 Caso sim, quais:

Pronaf  PAA  PNHR  PNCF  PNAE

Outros: \_\_\_\_\_

16.1 Qual o seu grau de satisfação em relação a esses programas que participa?

Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Não sabe/não respondeu

17. Quais são as práticas de conservação de solo utilizadas na sua propriedade?

adubação verde  adubação orgânica com esterco animal e outros materiais orgânicos

curvas de nível  reflorestamento de áreas degradadas  plantio direto  rotação de culturas  controle de pragas sem uso de agrotóxicos  não realiza nenhuma pratica de conservação de solo

### “ORIGEM” DA PROPRIEDADE

19. A quanto tempo reside nesta propriedade?

Menos de 20 anos  entre 20 a 30 anos  mais de 30 anos

20. Quando você nasceu os seus pais/avós moravam nesta propriedade ou em outra?

nessa propriedade  outra

**Caso seus pais morassem em outra propriedade:**

21. Onde seus pais/avós moravam antes de virem para esta propriedade?

em outra comunidade no mesmo município \_\_\_\_\_

em outro município no mesmo estado

Em outro estado \_\_\_\_\_

outro pais \_\_\_\_\_

22. O que motivou seus pais ou avós buscarem um novo lugar para morar?

questões pessoais

dívida

foram “expulsos”

venderam para comprar mais barato em outro lugar

falta de terras para cultivo

questões econômicas

- Ficar próximo a familiares que já haviam mudado
- buscar novas oportunidades
- outros \_\_\_\_\_

23. Quais eram os desejos, sonhos, expectativas de produção deles em relação a essa mudança?

- produzir para comercialização
- produzir apenas para subsistência
- Melhorar a condição de vida da família
- outros \_\_\_\_\_

24. Você tem irmãos?

- Sim       Não

24.1 Se sim, Quantos? \_\_\_\_\_

24.2 Onde vivem seus irmãos hoje em dia?

- no interior
- cidade
- faleceu
- não sabe

25. Quem era o dono dessa propriedade antes de você?

- Pai
- Avô
- Outra pessoa da família
- outro

26 Como a propriedade foi adquirida?

- Comprou
- herdado da família
- Usucapião
- outro: \_\_\_\_\_

27.1 Caso tenha herdado a propriedade, como ela ocorreu?

- todos os herdeiros homens e mulheres receberam partes iguais da propriedade
- somente os filhos homens receberam parte igual da herança
- a partilha não foi igualitária
- um dos filhos foi escolhido sucessor e não houve divisão com os demais membros da família
- houve compra das terras por certos herdeiros
- outro \_\_\_\_\_

28. A propriedade aumentou ou diminuiu ao longo do tempo?

- Aumentou
- diminuiu
- permaneceu igual



29. Se diminui, por que?
- dividir com irmãos
  - pagar dívida
  - vendeu para outros fins
  - Cedeu para filhos
  - outro \_\_\_\_\_

30. Em relação às condições da propriedade:  
Fez melhorias?  sim  não
- 30.1 Aumentou os equipamentos da propriedade?  sim  não
  - 30.2 Fez obras de benfeitorias ou melhorou a estrutura e organização da terra (exemplo: drenagem, poços, tratamento de solo, reflorestamento)?  sim  não
  - 30.3 Aumentou a produção?  sim  não
  - 30.4 Diversificou a produção?  sim  não

31. Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual: **assinalar apenas uma alternativa**
- melhorou muito, em todos os aspectos
  - está pior do que antes, nada melhorou
  - melhorou, em algumas coisas
  - não se aplica (os pais não eram agricultores)
  - não sabe/ não respondeu

32. Em relação à década de 1960/1970/1980:
- 32.1 O que era produzido na propriedade era vendido ?  
 Sim  Não  parte da produção era vendido e parte consumo
  - 32.2 Qual era o tamanho da propriedade? \_\_\_\_\_
- Adquiriram máquinas?
- Sim  Não

33. Receberam ofertas para vender a propriedade?
- sim  não
  - 33.1 Se sim porque optar por não vender? \_\_\_\_\_

34. Caso os seus filhos tenham mudado para a cidade, o que os motivou a esta decisão?
- Não encontraram trabalho no campo
  - As oportunidades de trabalho eram maiores
  - Não tinham interesse na atividade rural
  - Os salários na cidade eram maiores
  - estudar
  - juntar dinheiro para comprar sua terra
  - outros \_\_\_\_\_

## FUTURO DA PROPRIEDADE

35. Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Não sabe/não respondeu

35.1) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Não sabe/não respondeu

36) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa? Marcar apenas uma alternativa

a paisagem  o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos  
 os animais e as plantas  a tranquilidade  os vizinhos e a comunidade em que vive  
 Não sabe/não respondeu

37) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

Sim  não  não sabe/ não respondeu

37.1 se sim, especificar o motivo \_\_\_\_\_

38. Por quanto tempo ainda pretende permanecer trabalhando e morando na “agricultura”?

até aposentar e continuar morando na propriedade  
 até aposentar e mudar para a cidade  
 até os filhos crescerem e assumirem a propriedade

38.1 Pretende sair do campo?  Sim  Não

39 O que imagina que vai acontecer com a propriedade no futuro?

filhos vão continuar produzindo  
 pretende vender  
 pretende arrendar  
 outros \_\_\_\_\_

40. Caso possua filhos:

40.1 Moram no campo?  Sim  Não

40.2 Os filhos que não moram mais no campo, pretendem voltar para o meio rural?

Sim  não Se sim, por quais motivos? \_\_\_\_\_

40.3 Eles querem permanecer no campo?  Sim  Não

41 Em sua opinião, o que influencia a permanência ou não do jovem do meio rural?

- gostar do trabalho na agricultura
- ficar próximo a família
- possibilidade de ser sucessor na propriedade dos pais
- dificuldade em conseguir trabalho na cidade
- é um local mais tranquilo
- não precisa obedecer horários rígidos de trabalho

42. Como você imagina o futuro de seus filhos?

- Que eles deem continuidade a seu trabalho na propriedade.
- Estudem para saírem da propriedade e investirem em uma nova profissão.
- Estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la
- outro \_\_\_\_\_

43. Qual a participação dos filhos nas decisões relacionadas a propriedade?

- participam em conjunto das decisões
- participam em parte das decisões
- não participam das decisões

### QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

44 A casa/propriedade da família possui:

- |   |  |                                    |
|---|--|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Energia elétrica | <input type="checkbox"/> Saneamento adequado | <input type="checkbox"/> Veículos  |
| <input type="checkbox"/> Computador       | <input type="checkbox"/> Acesso a internet   | <input type="checkbox"/> Televisor |
| <input type="checkbox"/> Telefone         |  |                                    |

45. De onde vem a água para consumo humano?

- Nascentes    Fontes protegidas    Rios    Reservatórios de água da chuva    poço artesiano    Outro, qual? \_\_\_\_\_

46. Participa de alguma atividade na comunidade que vive?

- associação de moradores    grupo religioso    associação esportiva  
 outros \_\_\_\_\_

47. Pratica alguma atividade de lazer?

- Sim    Não

Se sim quais atividades \_\_\_\_\_

48. Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?  
 Muito satisfeito  Satisfeito  Insatisfeito  Não sabe/não respondeu

48.1 Em sua opinião quais são os pontos positivos e negativos de viver na propriedade?

Positivos	Negativos

49. Quais os Principais Problemas da Comunidade em que vive?  
 Não tem problemas  falta de água  acesso a propriedade/ estradas  
 falta de escola  falta de posto de saúde  violência  falta de trabalho  
 falta de organização comunitária  pobreza  outros \_\_\_\_\_

**PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

50. Algum membro da família participa de reuniões ou assembleias de interesse da comunidade?  
 Sim  Não

51. Possui vínculo com algum desses órgãos?  
 Sindicato Rural  Partido Político  Associação de moradores  Cooperativa de crédito agrícola  Outros \_\_\_\_\_

52. A família tem acesso a informações das ações do poder público para a comunidade?  
 Sim  Não  
 52.1 Se sim, como são informados?  
 rádio  reuniões  internet  jornais  outros \_\_\_\_\_

53. Você faz parte de alguma cooperativa ou agroindústria formal ou informal?  
 Sim  Não  
 Caso sim, qual? \_\_\_\_\_